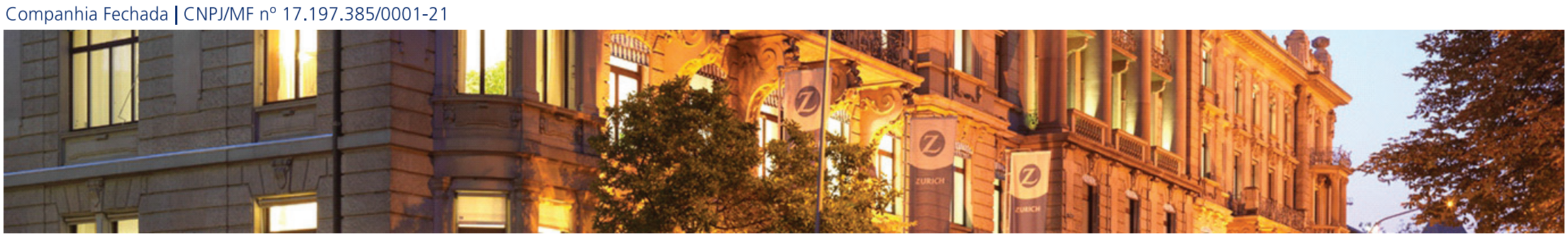
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

www.zurichseguros.com.br

ZURICH Seguros

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.197.385/0001-21



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Submetemos à V.Sas. as Demonstrações Financeiras da **Zurich Minas Brasil Seguros S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de seguros, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes.

Investimentos

Os investimentos em títulos de renda fixa, variável e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício, o montante de R$ 1.611 milhões (R$ 1.462 milhões em 31 de dezembro 2015). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" e "Ao Valor Justo por Meio do Resultado" em atendimento a Circular SUSEP nº517/15. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores.

Provisões Técnicas

O valor contabilizado das provisões técnicas, ao final do exercício de 2016, era de R$ 4.027 milhões (R$ 3.584 milhões em 31 de dezembro de 2015), enquanto que os ativos de resseguro eram R$ 1.302 milhões (R$ 1.334 milhões em 31 de dezembro de 2015). Os ativos garantidores das provisões técnicas atingiram R$ 1.502 milhões (R$ 1.379 milhões em 31 de dezembro de 2015).

Desempenho Operacional

A Zurich Minas Brasil Seguros S.A. apresentou no exercício de 2016 um prejuízo de R$ 100 milhões (R$ 613 milhões em 31 de dezembro de 2015). Os ativos totais atingiram o montante de R$ 6.668 milhões ao final do exercício de 2016 (R$ 6.212 milhões em 31 de dezembro de 2015), enquanto que o patrimônio líquido atingiu R$ 1.689 milhões (R$ 1.411 milhões em 31 de dezembro de 2015). Embora a Seguradora venha apresentando prejuízo nos últimos 6 anos, a Administração não mantém expectativas negativas para a descontinuidade das suas operações, tendo realizado ao longo destes anos aporte de capital e apresentando evolução no resultado no exercício de 2016.

O volume de prêmios emitidos no exercício atingiu R$ 2.965 milhões (R$ 2.834 milhões em 31 de dezembro de 2015) e os prêmios ganhos atingiram R$ 2.545 milhões (R$ 2.207 milhões em 31 de dezembro de 2015).

O índice de sinistralidade geral ficou em 41,30%. As despesas de comercialização atingiram 32,57% dos prêmios ganhos. Quanto às operações de resseguros, as despesas atingiram R$ 753 milhões (R$ 778 milhões em 31 de dezembro de 2015) e as receitas atingiram R$ 484 milhões (R$ 790 milhões em 31 de dezembro de 2015).

As despesas administrativas atingiram R$ 507 milhões no exercício de 2016 (R$ 654 milhões em 31 de dezembro de 2016), representando 19,94% dos prêmios ganhos.

Controels Internos e *Compliance*

O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de controles internos baseada em Sarbanes-Oxley (SOX), para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe SOX, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles.

Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RACE, um sistema corporativo gerido para função de Group Risk Management, permitindo uma gestão adequada destes controles. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich. Quanto à estrutura de Compliance, o Grupo Zurich a mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. São de responsabilidade do departamento de Compliance a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo.

Também é de responsabilidade do Compliance a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de Compliance na empresa e o monitoramento do cumprimento dos standards do Grupo Zurich.

Perspectivas

O Grupo Zurich mantém suas expectativas positivas quanto ao crescimento sustentável da economia brasileira, como afirmam seus crescentes investimentos no mercado segurador e ressegurador com foco em: aquisições, parcerias estratégicas na distribuição de produtos, desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira e mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em Tecnologia da Informação e Marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich.

Na opinião da administração estes crescentes investimentos aliados ao foco estratégico nos clientes, sobretudo em suas necessidades e desejos, trarão a escala e a eficácia operacionais necessárias à concretização das metas do Grupo Zurich, que por meio desta sinergia, as expectativas positivas se estendem também para a Seguradora.

Agradecimentos

A Zurich Minas Brasil Seguros S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2017

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota explicativa	2016	2015
Circulante		**3.808.385**	**3.347.114**
Disponível	5	**59.943**	**62.156**
Caixa e bancos		59.943	62.156
Equivalente de Caixa	5	**12.476**	**17.321**
Aplicações	6	**739.023**	**299.548**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**893.882**	**1.034.057**
Prêmios a receber	7	801.938	866.912
Operações com seguradoras	7,f	7.849	28.671
Operações com resseguradoras	8,b	84.095	138.473
Outros créditos operacionais		**5.377**	**3.957**
Ativos de resseguro e retrocessão	8,a	**1.194.354**	**1.266.230**
Títulos e créditos a receber		**45.194**	**87.490**
Títulos e créditos a receber		39.508	80.967
Créditos tributários e previdenciários	12	2.352	3.979
Outros créditos		3.334	2.543
Outros valores e bens	10,a	**15.076**	**17.278**
Bens a venda		15.076	13.506
Outros valores		–	3.772
Despesas antecipadas		**216**	**17**
Custos de aquisição diferidos	9,b	**842.844**	**559.061**
Seguros		842.844	559.061
Não Circulante		**2.860.080**	**2.864.831**
Realizável a longo prazo		**1.632.188**	**1.831.993**
Aplicações	6	**872.102**	**1.162.413**
Ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas	8,a	**107.241**	**68.112**
Títulos e créditos a receber		**149.798**	**144.165**
Depósitos judiciais e fiscais	14,c	132.691	123.125
Outros créditos operacionais	14,d	17.107	21.040
Empréstimos e depósitos compulsórios		**1.754**	**815**
Despesas antecipadas		**956**	**4**
Custos de aquisição diferidos	9,b	**500.337**	**456.484**
Seguros		500.337	456.484
Investimentos	11,a	**19.605**	**19.700**
Participações societárias		19.605	19.700
Imobilizado	11,b	**13.963**	**19.589**
Bens móveis		7.631	11.071
Outras imobilizações		6.332	8.518
Intangível	11,c	**1.194.324**	**993.549**
Outros intangíveis		1.194.324	993.549
Total do Ativo		**6.668.465**	**6.211.945**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2016	2015
Circulante		**3.967.785**	**3.937.676**
Contas a pagar		**397.996**	**406.604**
Obrigações a pagar		235.124	226.111
Impostos e encargos sociais a recolher		50.991	66.475
Encargos trabalhistas		17.459	17.442
Impostos e contribuições		10.747	–
Outras contas a pagar		83.675	96.577
Débitos de operações com seguros e resseguros		**385.413**	**570.950**
Prêmios a restituir		27.412	83.168
Operações com seguradoras	7,f	30.164	28.323
Operações com resseguradoras	8,b	250.614	364.859
Corretores de seguros e resseguros		25.420	42.254
Outros débitos operacionais		51.803	52.346
Depósitos de terceiros	13	**3.076**	**98.172**
Provisões técnicas – seguros	15,a	**3.181.299**	**2.861.950**
Danos		2.917.820	2.615.853
Pessoas		263.479	246.097
Não Circulante		**1.011.090**	**862.767**
Contas a pagar	12,c	**2.587**	**–**
Tributos diferidos		2.587	–
Provisões técnicas – seguros	15,a	**845.615**	**722.057**
Danos		809.509	686.509
Pessoas		36.106	35.548
Outros débitos	14,a	**152.426**	**130.177**
Provisões judiciais		152.426	130.177
Débitos diversos		**10.462**	**10.532**
Patrimônio líquido		**1.689.590**	**1.411.502**
Capital social	17,a	2.889.579	2.503.863
Aumento de capital (em aprovação)	17,b	220.000	305.716
Reserva de capital	17,c	38	38
Ajuste de avaliação patrimonial		32.797	(44.916)
Prejuízos acumulados		(1.452.756)	(1.353.132)
(-) Ações em tesouraria	17,d	(68)	(68)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**6.668.465**	**6.211.945**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por ação)*

	Nota explicativa	2016	2015
Prêmios emitidos	18,a	2.965.118	2.834.470
Variação das provisões técnicas		(419.982)	(627.059)
Prêmios ganhos	18,b	**2.545.136**	**2.207.412**
Receita com emissão de apólices		4.063	4.229
Sinistros ocorridos	18,c	(1.051.074)	(1.281.691)
Custos de aquisição	18,d	(828.909)	(593.662)
Outras receitas e despesas operacionais	18,e	(29.777)	(152.670)
Resultado com resseguro	18,f	**(268.546)**	**(68.638)**
Receita com resseguro		484.409	709.471
Despesa com resseguro		(752.955)	(778.109)
Despesas administrativas	18,g	(507.457)	(653.950)
Despesas com tributos	18,h	(96.770)	(124.285)
Resultado financeiro	18,i	182.901	62.194
Resultado patrimonial	18,j	245	524
Resultado operacional		**(50.188)**	**(600.538)**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	18,k	(29.494)	(62.705)
Resultado antes dos impostos e participações		**(79.682)**	**(663.244)**
Imposto de Renda	12,a	–	58.874
Contribuição Social	12,a	–	22
Participações sobre o resultado		(19.942)	(8.665)
Prejuízo do exercício		**(99.624)**	**(613.013)**
Quantidade de ações (em milhares)		3.193.181	2.637.626
Média ponderada de números de ação (em milhares)		2.197.333	2.181.914
Resultado básico por ação em reais	2.20	(45,30)	(280,95)
Resultado por ação ao final do exercício		(31,20)	(232,41)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Valores expressos em milhares de reais)*

	2016	2015
Prejuízo do exercício	**(99.624)**	**(613.013)**
Ajuste de avaliação patrimonial – ativos disponíveis para venda	83.110	(37.514)
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	(2.587)	–
Ganho/Perda realizado – ativos disponíveis para venda	(2.810)	7.051
Total do resultado abrangente do exercício	**(21.911)**	**(643.476)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAIS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**1.441.365**	**847.917**	**38**	**(14.453)**	**(740.119)**	**(68)**	**1.534.682**
Aumento de capital:							
AGE de 30/01/2015	–	60.131	–	–	–	–	60.131
AGE de 25/03/2015	–	78.224	–	–	–	–	78.224
Portaria SUSEP/DIRAT nº 161 de 24/04/2015	149.671	(149.671)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/DIRAT nº 168 de 15/05/2015	698.246	(698.246)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/DIRAT nº 171 de 25/05/2015	60.131	(60.131)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/DIRAT nº 186 de 02/06/2015	78.224	(78.224)	–	–	–	–	–
AGE de 30/07/2015	–	76.225	–	–	–	–	76.225
AGE de 30/09/2015	–	255.716	–	–	–	–	255.716
Portaria SUSEP/DIRAT nº 278 de 28/10/2015	76.225	(76.225)	–	–	–	–	–
AGE de 23/12/2015	–	50.000	–	–	–	–	50.000
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(30.413)	–	–	(30.413)
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	–	–	–	(50)	–	–	(50)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(613.013)	–	(613.013)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**2.503.863**	**305.716**	**38**	**(44.916)**	**(1.353.132)**	**(68)**	**1.411.502**
Aumento de capital:							
AGE de 29/01/2016	–	79.999	–	–	–	–	79.999
Portaria SUSEP/DIRAT/CGRAT nº 1.343 de 18/04/2016	255.716	(255.716)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/DIRAT/CGRAT nº 1.354 de 04/05/2016	50.000	(50.000)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/DIORG nº 3 de 03/06/2016	79.999	(79.999)	–	–	–	–	–
AGE de 21/12/2016	–	220.000	–	–	–	–	220.000
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	77.636	–	–	77.636
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	–	–	–	77	–	–	77
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(99.624)	–	(99.624)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**2.889.579**	**220.000**	**38**	**32.797**	**(1.452.756)**	**(68)**	**1.689.590**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Valores expressos em milhares de reais)*

Atividades operacionais	2016	2015
Prejuízo do exercício	(99.624)	(613.013)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	64.159	97.556
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(46.214)	66.962
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	53.136	55
Resultado de equivalência patrimonial	(245)	(524)
Provisões Judiciais	27.190	21.443
Outros ajustes	(1.700)	64.571
Variação contas patrimoniais:		
Aplicações	(68.939)	(484.039)
Créditos das operações com seguros e resseguros	186.388	(50.572)
Ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas	32.747	(28.646)
Créditos fiscais e previdenciários	1.628	13.395
Depósitos judicias e fiscais	(9.566)	237
Despesas antecipadas	(1.151)	92
Custos de aquisição diferidos	(253.893)	(558.901)
Outros ativos	46.175	65.262
Obrigações a pagar	9.013	99.046
Impostos e contribuições	10.747	(551)
Outras contas a pagar	(28.368)	41.847
Débitos de operações com seguros e resseguros	(185.537)	28.773
Depósitos de terceiros	(95.097)	87.587
Provisões técnicas – seguros	442.906	701.066
Debitos diversos	(71)	(27.783)
Outros passivos	(4.941)	26.366
Caixa líquido gerado/(consumido) nas operações	**78.743**	**(449.769)**
Recebimento de dividendos	–	1.000
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**78.743**	**(448.769)**
Recebimento pela venda de ativo permanente	**387**	**604**
Imobilizado	387	604
Pagamento pela compra de ativo permanente	**(386.187)**	**(41.647)**
Imobilizado	(805)	(3.916)
Intangível	(385.382)	(37.731)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(385.800)**	**(41.043)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	299.999	520.296
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**299.999**	**520.296**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(7.058)**	**30.484**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(7.058)**	**30.484**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79.477	48.995
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	72.419	79.477

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

:: 1. Informações gerais

A Zurich Minas Brasil Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, que tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares, em qualquer de suas modalidades ou formas em todo o território nacional, além da participação em outras sociedades.

O capital social da Seguradora é constituído por 3.193.181.752 (2.637.626.197 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias divididas em dois acionistas. A companhia Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, possui 99,9999% das ações enquanto que a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,00001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça.

Conforme a Circular SUSEP 395/09 e alterações posteriores, a Seguradora opera com grupo de ramos e é autorizada a operar nos ramos patrimonial, riscos especiais, cascos, responsabilidades, automóveis, transportes, riscos financeiros, crédito, pessoas coletivo, habitacional e rural, pessoas individual, marítimos e aeronáuticos.

Em dezembro de 2016, a Zurich Minas Brasil celebrou um novo contrato de exclusividade de venda do seguro contra roubo, furto, quebra acidental de celulares e seguro prestamistas com a Via Varejo S.A., em suas lojas físicas bandeira Casas Bahia e Ponto Frio, com prazo médio do contrato de 8 anos. Este acordo resultou em pagamento no valor de R$ 270 milhões à Via Varejo S.A. (nota 11,c)

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 24 de fevereiro de 2017.

:: 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (11.638/07), em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº517/2015 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das praticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentado pelo método indireto, de acordo com o anexo XI da circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, exceto quando indicado ao contrário, se encontram em milhares de reais, arredondando para o milhar mais próximo e com a consequência de que os montantes arredondados podem nem sempre somar com os totalizadores apresentados.

2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora é o real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

(a) Classificação

A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, independentemente da sua data de vencimento.

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento.

As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Operações de crédito com cosseguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "Títulos e créditos a receber, não associados a créditos tributários a imposto sobre renda". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (recuperação) no mínimo anualmente.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em resultado financeiro.

Os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de sua controlada são reconhecidos na data que é realizada a assembleia para deliberação.

A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização.

(c) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

(i) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a:

- dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

As perdas decorrentes do "teste de impairment" são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito, incluindo as parcelas de prêmio de cosseguro aceito, desconsiderando os valores de cosseguro e resseguro cedido e as comissões, demonstrando apenas o risco da Seguradora. Essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada. A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor e, portanto, inclui todos os valores devidos (vencidos e a vencer) do mesmo devedor.

A redução ao valor recuperável para ativos de resseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 180 dias da data do vencimento do crédito quando o crédito for com terceiros. Para ativos de resseguro sobre transações entre empresas relacionadas ao próprio grupo econômico, a Seguradora elaborou um estudo técnico com base nos últimos 3 anos, considerando as estimativas operacionais a recuperar e os valores recuperáveis ao longo do tempo, bem como, a faixa de dias de recuperação. De acordo com o estudo técnico, não há indicio para constituição a redução ao valor recuperável. Para os ativos de cosseguro cedido relacionado a sinistro, a Seguradora efetua a redução ao valor recuperável com período de inadimplência superior a 180 dias do vencimento do crédito.

(ii) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Seguradora avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos da dívida, a Seguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. No caso de ações classificadas como disponíveis para venda, uma queda relevante e/ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o valor atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo – será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* em ações reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e de 2015, a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos.

2.5. Ativos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada pela Seguradora no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar um risco e eventual perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutas de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

Os ativos relacionados a resseguros também são submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indicio de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados (vide política na Nota 2.4(c) (i)).

2.6. Ativos não financeiros mantidos para a venda

A Seguradora detém certos ativos que são mantidos para a venda em períodos futuros e estoque de salvados, que são ativos recuperados após o pagamento de sinistros de perda total aos segurados. Estes ativos são avaliados ao valor justo, deduzidos os custos diretamente relacionados à venda do ativo, e necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do adquirente, tais como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo.

Quando a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos de contratos de seguros (vide Nota 2.15), as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros (não incluindo os ativos recuperados que se encontram no estoque de salvados na data-base do teste) são consideradas como um elemento do fluxo de caixa do mesmo.

Para operações de Salvados, a Seguradora revisou o estudo técnico de avaliação de possível perda ou não realização de *impairment,* baseada em:

- Histórico de realização dos salvados dos últimos exercícios;
- Por depreciação dos salvados no pátio da Seguradora e;
- Por dados indicando qualquer tipo de problema na documentação, que possa impossibilitar a realização do salvado.

2.7. Contratos de seguro

A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem risco de seguro. O contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo e adverso ao segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico ou adverso ao segurado.

Como guia geral, risco significativo de seguro é quando a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) é maior do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

2.8. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido.

2.9. Participação societária

A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

2.10. Imobilizado

Mensurado ao custo de aquisição menos depreciação e redução ao valor recuperável acumulada. As depreciações do imobilizado são calculadas pelo método linear com base nas taxas de amortização informadas na nota 11(b). Para benfeitorias em imóveis de terceiros a vida útil estimado é de acordo com o contrato de aluguel.

continua na página seguinte ...

Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

www.zurichseguros.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.197.385/0001-21

… continuação das Notas explicativas da Administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11. Intangível
(i) Ágio
Registrado no grupo "Intangível" pelo valor do efetivo benefício fiscal trazido pela incorporação da Zurich Participações e Representações Ltda. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o valor do ágio foi totalmente reduzido à zero.
(ii) Outros intangíveis
Representado essencialmente pela aquisição dos direitos de exclusividade dos canais de venda da Via Varejo S.A., Fast Shop Comercial S.A., Banco Mercantil do Brasil S.A., e outros contratos de exclusividade de venda de seguro garantia de outros ramos de comercialização, como também, capitalizações referentes ao projeto regional GMP (*Growing Market Plataform*). As amortizações estão sendo calculadas pelo método linear com base na taxa de amortização informada na nota 11(c) ou pelo método de prêmios emitidos. Para o contrato com a Via Varejo S.A., referente a seguro de garantia estendida o valor das amortizações do exercício é transferido para Custo de Aquisição Diferida de acordo com as emissões dos certificados, sendo esta amortizada de acordo com a vigência do certificado.
2.12. *Impairment* de ativos não-financeiros
Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* no mínimo anualmente e/ou quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01/(R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs). Os resultados dos testes de *impairment* dos ativos intangíveis estão demonstrados na Nota 11.
2.13. Provisões judiciais e ativos contingentes
Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos. A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e Ativos contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 517/15.
(a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo.
(b) Provisões judiciais: são constituídas pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
(c) Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).
2.14. Provisões técnicas – seguros
A legislação vigente que instituem regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades Seguradora é a Resolução CNSP nº 321/15 e a Circular SUSEP nº 517/15, e suas respectivas alterações, justamente com documentos de orientação ao mercado preparados pela SUSEP.
(a) DPVAT
São constituídas Provisão de sinistros a liquidar (PSL), Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) e Provisão para despesas administrativas (PDA) para o seguro de Danos Provocados por Veículos Automotores de vias Terrestres (DPVAT), com base nos informes financeiros e contábeis emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., de acordo com a legislação específica do CNSP.
(b) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)
A PPNG é constituída pela parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério "*pro rata die"* para todos os ramos de seguros.
(c) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)
(i) Processos administrativos – é constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas pela Seguradora até o encerramento do exercício e contempla, na data de sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados deduzidos a parcela relativa à recuperação de cosseguros cedidos.
(ii) Processos judiciais – é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazida à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade de desembolso financeiro, baseado na análise do departamento jurídico interno da Seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. A Seguradora efetua atualização monetária dos processos de acordo com o índice IPCA e FAJ e correção monetária e juros. Os honorários de sucumbências são igualmente estimados e são registrados na provisão de despesa relacionada.
(d)Provisão de Despesa Relacionada (PDR)
A Provisão de Despesas Relacionadas deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, e deve abranger tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. No grupo de PDR é registrada também a estimativa de despesas não alocáveis sinistro a sinistro. Para efetuar o cálculo da estimativa de despesas não alocáveis é considerada a relação entre os valores pagos com despesas não alocadas e o montante de indenizações pagas com sinistros.
(e) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)
O IBNR sobre operações de seguro direto e cosseguro aceito é constituído em consonância com as normas do CNSP e está sendo calculado utilizando o método *Bornhuetter-Ferguson*, que é baseada na combinação de sinistralidade esperada e evolução de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos mas não avisados apurada através dos conhecidos Triângulos de *Run-Off*.
O IBNR referente ao seguro de danos provocados por Veículos Automóveis de Vias Terrestres (DPVAT) é constituído com base em informes emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A.
(f) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)
A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela seguradora, relativos a sinistros que foram objetos de seguros e de cosseguros aceitos e ainda não indenizados, também está sendo constituída para cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo da regulação até a sua liquidação final.
(g) Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)
A PPNG-RVNE é calculada com base em estudo técnico-atuarial e constituída em consonância com as normas do CNSP. Para os ramos não vida a metodologia de cálculo consiste na construção de triângulos de *Run-Off* (início de vigência por emissão), que estimam o volume de prêmios referentes às apólices vigentes mas que ainda não foram emitidas. De posse dessa estimativa de prêmios em atraso, observa-se a proporção de PPNG em relação aos prêmios já emitidos. Esta proporção é aplicada sobre os prêmios em atraso estimados para determinar o valor da PPNG-RVNE.
Já para os ramos de vida, o cálculo consiste na obtenção de percentuais médios históricos através do quociente entre o valor da PPNG calculada utilizando bases mais atualizadas (ou seja, considerando riscos emitidos em atraso) e o valor da PPNG contabilizada no mês de competência ou o valor do prêmio comercial retidos dos 12 meses anteriores.
(h) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)
A Provisão complementar de cobertura é resultado do Teste de Adequação de Passivos, conforme nota 2.15.
2.15. Teste de adequação do passivo (TAP)
(a) Objetivo e resultados obtidos
O teste de adequação do passivo é realizado, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com a CPC 11 e premissas mínimas determinadas pela Circular SUSEP nº 517/15.
O teste é efetuado utilizando as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. A taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa em valores nominais, foi a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco pré-fixada, também chamada de curva de taxa "pré fixada".
A Seguradora utilizou a metodologia de Svensson e da ETTJ pré-fixada. Para obter a melhor estimativa de sinistros a ocorrer, optou-se por utilizar um percentual de sinistralidade obtido através do Plano de Negócios da companhia para os próximos 3 anos, ou seja, uma sinistralidade esperada pela Administração. Nos casos em que a sinistralidade observada no último ano estiver mais "adequada" que a sinistralidade esperada, o atuário responsável pelo cálculo pode optar por utilizar a que melhor se adequar a experiência atual da companhia. As projeções são feitas bruta de resseguro.
Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Seguradora realizou o cálculo de TAP e não identificou insuficiência de provisões técnicas.
2.16. Principais tributos
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 no exercício. Considerando que a Seguradora possui uma decisão judicial transitado em julgado afastando a Lei nº 7.689/88 em decorrência de sua inconstitucionalidade, a Receita Federal está obstada de exigir a contribuição social (CSLL).
Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com alíquotas de 25% para o IRPJ. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e alteração posteriores.
As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.
2.17. Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.
2.18. Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. A Seguradora não provisionou dividendos no exercício de 2016 e de 2015 devido possuir prejuízos acumulados.
2.19. Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência e, observando-se o critério "*pro rata die*".
- Os prêmios de seguros e os custos de aquisição, contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.
- As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.
- As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades repassadas aos resseguradores são contabilizadas conforme Circular SUSEP nº 517/15.
- As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

2.20. Lucro líquido por ação
O lucro por ação básico da Seguradora para o período é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora, de acordo com o requerimentos do CPC 41.
2.21. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente
IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009 e alterações posteriores. Esta norma veio a substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros , bem como altera o critério de *impairment* de ativos financeiros e contingências em relação ao *head account*..
Aguardando aprovação desta norma pela SUSEP, a Administração está avaliando os impactos.
Em 28 de abril de 2016 foi publicada a Circular SUSEP 535 que estabelece a codificação dos ramos de seguros e dispõe sobre a classificação das coberturas contidas em planos de seguros, para fins de contabilização, com data para implementação em 30 de junho de 2017 e 01 de janeiro de 2018. A Administração está avaliando os impactos e se adequará conforme previsto na circular.

:: 3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.
À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.
Na preparação das demonstrações financeiras, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões para as contingências inclusive as que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de seguros, as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros e não financeiros e as estimativas para perdas em contingências e processos administrativos e judiciais, descritas a seguir.
Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.
(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros
As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância.
A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de vida e previdência complementar. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 8 – Ativos de resseguro e retrocessão e Nota 9 – Provisões técnicas – seguros.
(b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros e não financeiros
A Seguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de segurados. Os critérios para reconhecimento do cálculo de recuperabilidade estão descritos na nota 2.4,c.
A Seguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro. Para o exercício de 2016 e de 2015, a Seguradora não reconheceu redução ao valor recuperável (*impairment)* dos ativos financeiros disponível para venda.
Para os ativos não financeiros que são mantidos para a venda em períodos futuros a Seguradora aplica avaliação e grau de julgamento para determinar possível perda. O cálculo de recuperabilidade de ativos não financeiros estão demonstradas na nota 2.6.
(c) Provisões para contingências
A Seguradora possui diversas contingências, essas provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos.
Neste contexto, os processos contingentes avaliados como perda possível não são reconhecidos contabilmente.
A Administração acredita que essas provisões para contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras, conforme apresentada na nota 14,a.

:: 4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora.
A Seguradora considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade.
Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.
No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.
Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.
O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.
A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.
Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Seguradora, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico financeiro.
(a) Risco de seguro
O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares, vida e previdência, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.
A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado.
(i) Estratégia de subscrição
A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.
A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais.
(ii) Estratégia de resseguro
Como forma de reduzir o risco, foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias.
(iii) Gerenciamento de ativos e passivos
Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.
As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos.
O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), que aprova semestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos na provisão técnica, a fim de prevenir o descasamento de ambos. A equipe atuarial faz a análise da maturidade dos passivos de seguros e a disponibiliza para o Comitê.
(iv) Gerenciamento de riscos por segmento de negócios
O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.
A Seguradora atua com ramos elementares como principal segmento de gestão de risco de seguro.
Riscos de seguros ramos elementares
O risco de seguros com ramos elementares inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos créditos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. O departamento de Gerenciamento de Riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pelos departamentos técnicos para cada área de risco.

Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.
Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos.
Visão geral das principais linhas do grupo de negócio:
Automóvel
Inclui dano físico, perda do veículo segurado e seguro de responsabilidade civil automóvel, havendo quatro modalidades dentro desta linha: individual (cobertura de um único veículo especificado na apólice de seguro); frota convencional (apólice com itens de uma mesma empresa, com possibilidade de coberturas e modalidades especiais); frota familiar (seguros de veículos de pessoas de uma mesma família – parentesco de 1º grau); apólices coletivas (destinadas a funcionários de uma mesma empresa).
Patrimonial
Inclui os riscos de incêndio (por exemplo, explosões, fogo e interrupção de negócios), perigos naturais (por exemplo, vendaval, terremotos e inundações), linhas de engenharia (por exemplo, explosão de caldeira, quebra de máquina e construção) e marinhos (carga e casco).
Responsabilidades
Os contratos de seguros de responsabilidades asseguram ao segurado uma compensação na ocorrência de prejuízos, podendo abranger inclusive seus empregados e clientes. Inclui responsabilidade geral/público tendo cobertura em operações e instalações, produtos no Brasil e no exterior, empregador, prestação de serviços, danos morais e responsabilidade profissional.
Linhas financeiras
Linhas especiais incluem seguros para: diretores e administradores de empresas abertas, fechadas e públicas; abertura de capital de empresas; seguros para empresas de tecnologia e telecomunicação; serviços prestados pela empresa; seguros contra práticas trabalhistas e crimes corporativos.
Resultados da análise de sensibilidade
Os resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
		2016
Premissas atuariais	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Aumento de 5% na sinistralidade	(20.982)	(9.250)
Redução de 5% na sinistralidade	20.978	9.240
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(10.548)	(10.538)
Redução de 5% nas despesas administrativas	10.548	10.538
Aumento de 1% na taxa de juros	19.316	4.826
Redução de 1% na taxa de juros	(20.063)	(5.054)

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
		2015
Premissas atuariais	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Aumento de 5% na sinistralidade	(33.803)	(21.463)
Redução de 5% na sinistralidade	33.748	21.405
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(83.223)	(83.223)
Reduçao de 5% nas despesas administrativas	83.223	83.223
Aumento de 1% na taxa de juros	21.110	10.137
Redução de 1% na taxa de juros	(21.844)	(10.536)

Os diferentes impactos das suposições econômicas sobre o lucro e o patrimônio líquido decorrem da classificação de determinados ativos como "Disponíveis para venda", para os quais as movimentações nos ganhos ou prejuízos não realizados afetam diretamente o patrimônio líquido.
Concentração de riscos
O quadro a seguir demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos antes do resseguro. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros aborda os riscos e coberturas para catástrofes.
Total de prêmios emitidos e DPVAT por regiões geográficas

Linhas de negócios	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Total
Garantia Estendida	1.009.049	46.057	–	3.042	–	1.058.148
Vida em Grupo	224.910	38.437	–	9.626	12.396	285.369
Riscos Nomeados e Operacionais	223.961	454	–	–	53	224.468
Automóveis	195.261	79.330	–	18.065	20.570	313.226
Prestamista	175.818	4.791	–	2.167	594	183.370
Roubo	105.241	84	–	–	–	105.325
Riscos Diversos	99.661	264	–	82	866	100.873
Respons. Civil Facultativa	71.996	39.696	–	3.900	5.393	120.985
Acidentes Pessoais – Coletivo	71.654	1.609	–	442	1.168	74.873
Respons. Civil Geral	67.636	1.543	–	1.743	489	71.411
Riscos de Engenharia	45.172	14	–	876	–	46.062
R.C de Adm. e Diretores	41.364	364	–	154	93	41.975
Compreensivo	36.545	11.792	–	1.882	3.617	53.836
DPVAT (Todas Categorias)	35.355	11.712	3.526	11.832	6.260	68.685
Garantia Segurado – Setor Público	29.742	–	–	–	506	30.248
Respons. Civil Profissional	28.760	1.129	–	117	594	30.600
Educacional	17.415	–	–	–	–	17.415
Transporte Internacional	16.192	28	–	–	12	16.232
Seguro Funeral	14.058	3.941	–	1.281	2.009	21.289
Riscos de Petróleo	13.896	–	–	–	–	13.896
Transporte Nacional	13.408	230	–	12	78	13.728
Eventos Aleatórios	8.127	7.608	–	380	124	16.239
Prenhor Rural	7.679	211	–	34	35	7.959
Lucros Cessantes	6.902	115	–	11	12	7.040
Diversos	7.707	460	–	132	71	8.370
Total em 31 de dezembro 2016 (i)	**2.567.509**	**249.869**	**3.526**	**55.778**	**54.940**	**2.931.622**
Total em 31 de dezembro 2015 (i)	**2.350.643**	**240.476**	**998**	**49.415**	**54.100**	**2.695.632**

(i) Os valores acima não contemplam os saldos de RVNE, cosseguro aceito e cedido e recuperação de custos iniciais que somam um montante de R$ 33.496 em 31 de dezembro de 2016 ((R$ 138.838) em 31 de dezembro de 2015).
(b) Risco de crédito
Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.
As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são:
- Aplicação financeira.
- Ativos de resseguro.
- Prêmios de seguros.
- Ativos de cosseguro.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica de prêmio emitido, conforme nota 4 (a, iv).
Exposições ao risco de crédito
A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

		Ativos vencidos						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**Ativos não vencidos**	**0 a 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 120 dias**	**121 a 180 dias**	**Acima de 180 dias**	**'*impairment*'**	**2016**
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	72.419	–	–	–	–	–	–	**72.419**
Ao valor justo por meio do resultado (nota 6)								
Privados	124.110	–	–	–	–	–	–	**124.110**
Disponíveis para venda (nota 6)								
Públicos	1.416.505	–	–	–	–	–	–	**1.416.505**
Privados	70.510	–	–	–	–	–	–	**70.510**
Prêmios a receber de segurados (nota 7)	686.980	54.637	13.924	7.668	3.458	70.454	(35.184)	**801.938**
Operações com seguradoras	13.856	–	–	–	–	–	(6.007)	**7.849**
Operações com resseguradora (nota 8 b)	99.893	–	–	–	–	–	(15.798)	**84.095**
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguros	**2.484.273**	**54.637**	**13.924**	**7.668**	**3.458**	**70.454**	**(56.989)**	**2.577.427**

		Ativos vencidos						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**Ativos não vencidos**	**0 a 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 120 dias**	**121 a 180 dias**	**Acima de 180 dias**	**'*impairment*'**	**2015**
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	79.477	–	–	–	–	–	–	**79.477**
Ao valor justo por meio do resultado (nota 6)								
Privados	83.189	–	–	–	–	–	–	**83.189**
Disponíveis para venda (nota 6)								
Públicos	1.129.691	–	–	–	–	–	–	**1.129.691**
Privados	249.082	–	–	–	–	–	–	**249.082**
Prêmios a receber de segurados	646.814	135.086	25.867	18.669	21.658	61.830	(43.012)	**866.912**
Operações com seguradoras	35.269	–	–	–	–	–	(6.598)	**28.671**
Operações com resseguradora (nota 8 b)	193.155	–	–	–	–	–	(54.682)	**138.473**
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	**2.416.677**	**135.086**	**25.867**	**18.669**	**21.658**	**61.830**	**(104.292)**	**2.575.495**

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**AAA**	**AA**	**A**	**AA+**	**A+**	**AA-**	**A-**	**Sem Rating**	**2016**
Caixa e equivalentes de caixa	65.907	–	–	1.731	2.961	43	–	1.777	**72.419**
Ao valor justo por meio do resultado									
Privados	–	–	–	124.110	–	–	–	–	**124.110**
Disponíveis para venda									
Públicos	–	–	–	1.416.505	–	–	–	–	**1.416.505**
Privados	–	–	–	70.510	–	–	–	–	**70.510**
Prêmios a receber de segurados	–	–	–	–	–	–	–	801.938	**801.938**
Operações com seguradoras	–	–	–	–	–	–	–	7.849	**7.849**
Operações com resseguradoras	–	54	200	–	1.466	9.824	14.357	58.194	**84.095**
Exposição máxima ao risco de crédito	**65.907**	**54**	**200**	**1.612.856**	**4.427**	**9.867**	**14.357**	**869.758**	**2.577.426**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**AAA**	**AA**	**A**	**AA+**	**A+**	**AA-**	**A-**	**Sem Rating**	**2015**
Caixa e equivalentes de caixa	67.730	–	–	–	–	–	3.253	8.494	**79.477**
Ao valor justo por meio do resultado									
Privados	–	–	–	–	–	–	–	83.189	**83.189**
Disponíveis para venda									
Públicos	1.129.691	–	–	–	–	–	–	–	**1.129.691**
Privados	113.863	–	–	–	–	–	–	135.219	**249.082**
Prêmios a receber de segurados	–	–	–	–	–	–	–	866.912	**866.912**
Operações com seguradoras	–	–	–	–	–	–	–	28.671	**28.671**
Operações com resseguradoras	–	37.199	7.037	–	1.752	–	47.215	45.270	**138.473**
Exposição máxima ao risco de crédito	**1.311.284**	**37.199**	**7.037**	**–**	**1.752**	**–**	**50.468**	**1.167.755**	**2.575.495**

Os ativos são analisados na tabela acima usando o *rating* da Fitch Rating (FR), ou equivalente quando o da FR não estiver disponível.

(c) Risco de liquidez
O risco de liquidez é o risco de a Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.
A Seguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinja seu vencimento.
(i) Gerenciamento de risco de liquidez
O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.
(ii) Exposição ao risco de liquidez
O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.
A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.
A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos para análise de liquidez. Os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de seguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados. O passivo de seguro é o principal passivo da Seguradora.

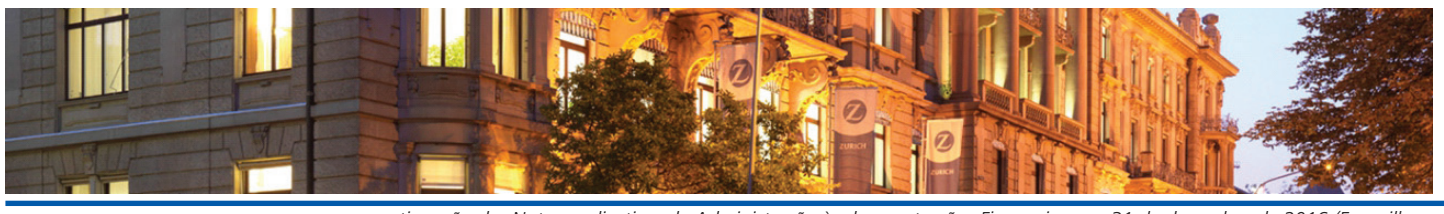
	Maturidade dos passivos no exercício findo em 31/12/2016					
	zero a um ano	**um a três anos**	**três a cinco anos**	**cinco anos**	**Valor total (i)**	**Valor contábil**
Passivos de seguro (provisões técnicas)	2.417.131	1.041.854	349.276	92.304	3.900.565	4.026.914
Total dos passivos de seguro	**2.417.131**	**1.041.854**	**349.276**	**92.304**	**3.900.565**	**4.026.914**

	Maturidade dos passivos no exercício findo em 31/12/2015					
	zero a um ano	**um a três anos**	**três a cinco anos**	**cinco anos**	**Valor total (i)**	**Valor contábil**
Passivos de seguro (provisões técnicas)	2.274.506	898.640	257.027	70.668	3.500.841	3.584.007
Total dos passivos de seguro	**2.274.506**	**898.640**	**257.027**	**70.668**	**3.500.841**	**3.584.007**

(i) O valor da maturidade dos passivos não contempla o saldo de DPVAT de R$ 126.349 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 83.166 em 31 de dezembro de 2015). Os valores estão registrados no circulante e não circulante.
(d) Risco de mercado
(i) Gerenciamento de risco de mercado.
O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.
(ii) Controle do risco de mercado
O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.
A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Seguradora.
O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são:
- definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
- analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial);
- avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
- avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras;
- analisar a política de liquidez;
- estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas;
- realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

Dentre as principais atividades da área de Gestão de Risco de Mercado, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR.
(iii) Análise do risco de mercado
A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservador, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (Asset Liability Management Investment Committee), onde o cumprimento destes acompanhado diariamente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos.

continua na página seguinte …



Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

www.zurichseguros.com.br

ZURICH Seguros

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.197.385/0001-21

... continuação das Notas explicativas da Administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do *backtesting* é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. A Seguradora considera o modelo de simulação histórica para o cálculo do Value at Risk (VaR). Esse modelo considera que é possível medir a perda máxima em um dia para uma carteira de ativos, dado um intervalo de confiança. Seguem os resultados obtidos para 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Patrimônio da carteira de custódia	1.484.136	1.378.773
Percentil	-0,006871	-0,003863
VaR – 250 dias	-10.197	-5.326
% do patrimônio da carteira de custódia	0,69%	0,39%

Os valores de patrimônio demonstrado na tabela acima não contemplam DPVAT, cujo valor patrimonial em 31 de dezembro de 2016 é R$ 126.989 (R$ 83.189 em 31 de dezembro de 2015).

:: 5. Caixa e equivalentes de caixa

Para 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram considerados caixa, depósito bancário e o fundo de investimento Soberano como caixa e equivalentes de caixa.

	2016	2015
Caixas e bancos	59.943	62.156
Fundos de investimentos	12.476	17.321
	72.419	**79.477**

:: 6. Aplicações – circulante e realizável a longo prazo

(a) Classificação das aplicações financeiras

As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações financeiras e os respectivos vencimentos:

	Taxa Contratada	2016		2015	
Ao valor justo por meio do resultado		**124.110**	**7,70%**	**83.189**	**5,70%**
Quotas de fundos de investimentos – DPVAT	–	124.110	7,70%	83.189	5,70%
Disponíveis para venda		**1.487.015**	**92,30%**	**1.378.773**	**94,30%**
Tesouro Prefixado (LTN)	14,35% a.a.	1.171.262	72,70%	898.595	61,50%
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B)	12,32% a.a.	245.243	15,22%	194.086	13,30%
Tesouro SELIC (LFT)	Pós	–	–	37.009	2,50%
Letras Financeiras (LF)	12,72% CDI	3.891	0,24%	106.490	7,30%
Debêntures	8,83% CDI	4.991	0,31%	7.374	0,7%
Quotas de fundos de investimentos	–	61.628	3,83%	135.219	9,20%
Total – Circulante e não circulante		**1.611.125**	**100,00%**	**1.461.962**	**100,00%**

	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado	Ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários (i)	Custo Atualizado
Ao valor justo por meio do resultado	**124.110**	**–**	**–**	**–**	**124.110**	**–**	**124.110**
Quotas de fundos de investimentos – DPVAT	124.110	–	–	–	124.110	–	124.110
Títulos disponíveis para venda	**61.628**	**3.891**	**549.394**	**872.102**	**1.487.015**	**32.896**	**1.454.119**
Tesouro Prefixado (LTN)	–	549.394	621.868	1.171.262	28.000	1.143.262	
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B)	–	–	–	245.243	245.243	4.902	240.341
Letras Financeiras (LF)	–	3.891	–	–	3.891	1	3.890
Debêntures	–	–	–	4.991	4.991	(7)	4.998
Quotas de fundos de investimentos	61.628	–	–	–	61.628	–	61.628
Total em 31 de dezembro de 2016	**185.738**	**3.891**	**549.394**	**872.102**	**1.611.125**	**32.896**	**1.578.229**
Total em 31 de dezembro de 2015	**228.650**	**8.918**	**61.980**	**1.162.413**	**1.461.962**	**(44.756)**	**1.506.718**

(i) Não está sendo contemplado o valor de ajuste de avaliação patrimonial em controladas que somam em 31 de dezembro de 2016 negativo de R$ 99, (negativo de R$160 em 31 de dezembro de 2015).

(b) Estimativa do valor justo

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 – títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 2 – títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 – principalmente títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

2016	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**124.110**	**124.110**
Renda fixa – quotas de fundos de investimentos – DPVAT	–	124.110	124.110
Títulos disponíveis para venda	**1.416.505**	**70.510**	**1.487.015**
Tesouro Prefixado (LTN)	1.171.262	–	1.171.262
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B)	245.243	–	245.243
Tesouro SELIC (LFT)	–	–	–
Letras Financeiras (LF)	–	3.891	3.891

2016	Nível 1	Nível 2	Total
Quotas de fundos de investimentos	–	61.628	61.628
Debêntures	–	4.991	4.991
Total aplicações	**1.416.505**	**194.620**	**1.611.125**

2015	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**83.189**	**83.189**
Renda fixa – quotas de fundos de investimentos – DPVAT	–	83.189	83.189
Títulos disponíveis para venda	**1.129.690**	**249.083**	**1.378.773**
Tesouro Prefixado (LTN)	898.595	–	898.595
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B)	194.086	–	194.086
Tesouro SELIC (LFT)	37.009	–	37.009
Letras Financeiras (LF)	–	106.490	106.490
Quotas de fundos de investimentos	–	135.219	135.219
Debêntures	–	7.374	7.374
Total aplicações	**1.129.690**	**332.272**	**1.461.962**

(c) Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2015	Aplicações	(Resgates)	Rendimentos Atualizações	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2016
Ao Valor Justo por meio do Resultado	**83.189**	**43.642**	**(17.532)**	**14.811**	**–**	**124.110**
Renda Fixa – quotas de fundos de investimento – DPVAT	83.189	43.642	(17.532)	14.811	–	124.110
Títulos Disponíveis para Venda	**1.378.773**	**982.350**	**(1.159.138)**	**204.807**	**80.223**	**1.487.015**
Tesouro Prefixado (LTN)	37.009	491.242	(430.516)	159.805	52.135	1.171.261
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B)	898.595	94.039	(94.534)	23.471	28.181	245.243
Tesouro SELIC (LFT)	194.086	20.003	(60.963)	3.943	8	–
Letras Financeiras (LF)	106.490	–	(105.373)	2.962	(188)	3.891
Renda Fixa – DPGE	–	–	–	–	–	–
Debêntures	7.374	–	(3.155)	686	87	4.992
Quotas de fundos de investimento	135.219	377.066	(464.597)	13.490	–	61.628
Total	**1.461.962**	**1.025.992**	**(1.176.670)**	**219.618**	**80.223**	**1.611.125**

d) Ativos financeiros por categoria

2016	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	124.110	100,00%	1.487.015	100,00%	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	–	–	893.882	93,52%
Títulos e créditos a receber (exceto depósitos judiciais e fiscais)	–	–	–	–	61.900	6,48%
Total	**124.110**	**100,00%**	**1.487.015**	**100,00%**	**955.782**	**100,00%**

2015	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	83.189	100,00%	1.378.773	100,00%	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	–	–	1.034.057	90,50%
Títulos e créditos a receber (exceto depósitos judiciais e fiscais)	–	–	–	–	108.529	9,50%
Total	**83.189**	**100,00%**	**1.378.773**	**100,00%**	**1.142.586**	**100,00%**

(e) Análise de sensibilidade

A Seguradora realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa Selic os quais estão apresentados brutos de efeito tributário conforme destacado no quadro a seguir:

2016	Títulos federais	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Total
Aplicações	1.416.505	8.882	185.738	1.611.125
Selic – % a.a.	13,65	–	13,65	13,65
CDI – % a.a.	–	13,63	–	13,63
Projeção rentabilidade próximos 12 meses				
Resultado				
Verificado:	193.353	1.211	25.353	219.917
Queda 25%	145.015	908	19.015	164.938
Queda 50%	96.676	605	12.677	109.958
Elevação 25%	241.691	1.513	31.692	274.896
Elevação 50%	290.029	1.816	38.030	329.875

2015	Títulos federais	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Total
Aplicações	1.129.690	113.864	218.408	1.461.962
Selic – % a.a.	14,15	–	14,15	14,15
CDI – % a.a.	–	14,14	–	14,14
Projeção rentabilidade próximos 12 meses				
Resultado				
Verificado:	159.851	16.100	30.905	206.856
Queda 25%	119.888	12.075	23.179	155.142
Queda 50%	79.926	8.050	15.452	103.428
Elevação 25%	199.814	20.125	38.631	258.570
Elevação 50%	239.777	24.151	46.357	310.285

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central.
Fonte CDI: Taxas efetivas retiradas da Cetip.

:: 7. Prêmios a receber

(a) Prêmio líquido a receber por ramos de seguros

	2016	2015
Garantia estendida	310.418	398.702
Vida	93.540	93.523
Automóveis	83.401	87.433
Riscos nomeados e operacionais	46.548	37.902
Riscos diversos	44.751	25.163
Riscos de engenharia	38.764	38.964
Resp. civil facultativa	38.171	38.001
Garantia segurado – setor público	35.096	26.563
Responsabilidade civil	17.366	17.467
R.C.de adm. e diretores (d&o)	15.272	11.492
Compreensivo empresarial	8.915	16.239
R.C. profissional	8.739	7.163
Transporte internacional	4.444	6.492
Transporte nacional	3.243	11.320
Compreensivo condomínio	1.000	1.260
Demais	52.272	49.228
Total	**801.938**	**866.912**

(b) Movimentação do prêmio líquido a receber

	2016	2015
Saldo no início do exercício	**866.912**	**862.082**
Emissões	3.238.929	3.542.102
Cancelamentos	(243.947)	(508.709)
Recebimentos	(3.067.964)	(2.902.259)
Constituição /(Reversão) – RVNE	8.008	(126.304)
Saldo no final do exercício	**801.938**	**866.912**

(c) Aging list de prêmios a receber de segurados

2016	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
A Vencer	317.175	236.213	43.900	15.481	39.028	651.797
Vencidos	54.637	13.924	7.668	3.458	70.454	150.141
Total	**371.812**	**250.137**	**51.568**	**18.939**	**109.482**	**801.938**

2015	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
A vencer	332.276	140.061	134.266	13.435	26.776	646.814
Vencidos	128.648	22.417	13.899	15.721	39.413	220.097
Total	**460.924**	**162.478**	**148.165**	**29.156**	**66.189**	**866.912**

(d) Movimentação da redução ao valor recuperável de prêmios

	2016	2015
Saldo no início do exercício	**43.011**	**30.916**
Aumento na provisão	15.170	32.090
Baixa na provisão	(22.997)	(19.995)
Saldo no final do exercício	**35.184**	**43.011**

(e) Prazo médio de parcelamento

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos, a Seguradora tem operado com uma média de parcelamentos em cinco vezes.

(f) Operações com seguradoras

Os valores com créditos das operações com as seguradoras referem-se basicamente ao prêmio de cosseguro aceito e sinistro a recuperar de cosseguro cedido. Os débitos de operações com seguradoras referem-se a prêmio a pagar de cosseguro cedido.

:: 8. Ativos e passivos de resseguro

(a) Ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas

2016	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão de despesa relacionada	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de sinistros ocorridos e não sufic. avisados	Provisão de prê-mios não ganhos de resseguro	Total
Pessoas Coletivo	2.656	60	3.425	–	388	6.529
Pessoas	**2.656**	**60**	**3.425**	**–**	**388**	**6.529**
Responsabilidades	288.607	24.313	66.023	5.414	33.721	418.078
Patrimonial	177.082	16.908	23.763	25.387	139.148	382.288
Riscos Financeiros	118.681	6.587	672	–	8.154	134.094
Automóvel	102.990	9.688	3.844	53.575	138.664	308.761
Transportes	3.633	1.377	–	9.010	3.162	17.194
Demais	120	–	591	405	33.547	34.651
Danos	**691.113**	**58.873**	**94.893**	**93.791**	**356.396**	**1.295.066**
Circulante e não circulante	**693.769**	**58.933**	**98.318**	**93.791**	**356.784**	**1.301.595**

2015	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão de despesa relacionada	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de sinistros ocorridos e não sufic. avisados	Provisão de prê-mios não ganhos de resseguro	Total
Pessoas Coletivo	138	–	881	–	180	1.199
Pessoas	**138**	**–**	**881**	**–**	**180**	**1.199**
Patrimonial	233.537	16.524	24.506	20.834	162.686	458.087
Automóvel	99.380	5.968	17.335	37.014	139.483	299.180
Responsabilidades	247.296	18.043	66.309	17.633	39.935	389.216
Riscos Financeiros	128.466	2.840	2.856	118	34.588	168.868
Transportes	1.012	937	899	11.849	3.003	17.700
Demais	87	–	4	1	–	92
Danos	**709.778**	**44.312**	**111.909**	**87.449**	**379.695**	**1.333.145**
Circulante e não circulante	**709.916**	**44.312**	**112.790**	**87.449**	**379.875**	**1.334.344**

(i) Movimentação dos ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas

2016	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão de despesa relacionada	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de sinistros ocorridos e não sufic. avisados	Provisão de prê-mios não ganhos de resseguro	Total
Saldo no inicio do exercício	**754.228**	**44.312**	**112.790**	**87.449**	**379.875**	**1.334.342**
Avisos	197.653	–	–	–	–	197.653
Diferimento pelo risco decorrido	–	–	–	–	(136.761)	(136.761)
Cancelamentos	(198.611)	–	–	–	–	(198.611)
Pagamento de sinistros	(388.250)	–	–	–	–	(388.250)
Ajuste de estimativa de sinistros	393.580	–	–	–	–	393.580
Atualização monetária e juros	(5.898)	–	–	–	–	(5.898)
Constituição	–	20.791	4.387	11.237	113.670	129.294
Reversão	–	(6.170)	(18.859)	(4.895)	–	(23.754)
Saldo no final do exercício	**752.702**	**58.933**	**98.318**	**93.791**	**356.784**	**1.301.595**

2015	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão de despesa relacionada	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de sinistros ocorridos e não sufic. avisados	Provisão de prê-mios não ganhos de resseguro	Total
Saldo no inicio do exercício	**693.534**	**37.763**	**110.861**	**71.329**	**429.972**	**1.305.696**
Avisos	217.062	–	–	–	–	217.062
Diferimento pelo risco decorrido	–	–	–	–	(133.750)	(133.750)
Cancelamentos	(44.360)	–	–	–	–	(44.360)
Pagamento de sinistros	(571.137)	–	–	–	–	(571.137)
Ajuste de estimativa de sinistros	418.148	–	–	–	–	418.148
Atualização monetária e juros	40.981	–	–	–	–	40.981
Constituição	–	58.788	19.776	30.194	83.653	133.623
Reversão	–	(52.239)	(17.847)	(14.074)	–	(31.921)
Saldo no final do exercício	**754.228**	**44.312**	**112.790**	**87.449**	**379.875**	**1.334.342**

(b) Ativos e passivos de operações de resseguros

	2016	2015
Sinistro resseguro a recuperar	99.893	193.155
Redução valor recuperável	(15.798)	(54.682)
Ativos de operações com resseguradoras	**84.095**	**138.473**
Prêmios resseguro	185.244	343.552
Outros débitos	65.370	21.307
Passivos de operações com resseguradoras	**250.614**	**364.859**

(i) Evolução da redução ao valor recuperável – ativos de resseguros

Saldo em 31 de dezembro de 2014	**52.227**
Constituição	65.838
Reversão	(63.383)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**54.682**
Constituição	9.538
Reversão	(48.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**15.798**

(c) Discriminação dos resseguradores

Segue abaixo os prêmios e sinistros de resseguros emitidos, líquido de comissão, por resseguradores:

Resseguradores Local	Cessões Prêmios	Sinistros	Standard &Poor's	A. M. Best Company	Moody's Investors Services
Zurich Resseguradora Brasil S.A.	567.325	442.023	–	–	–
IRB – Brasil Resseguros S/A	29.407	2.937	–	A-	–
Munich Re Do Brasil Resseguradora S.A.	996	1.453	–	–	–
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros BR	200	–	–	–	–
SCOR Brasil Resseguros S.A.	3.554	1.918	–	–	–
AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina RE	270	–	–	–	–
Total resseguradores local	**601.752**	**448.331**			

Resseguradores Admitidas	Cessões Prêmios	Sinistros	Standard &Poor's	A. M. Best Company	Moody's Investors Services
Zurich Insurance Company	75.916	43.433	–	AA-	–
Partner Reinsurance Europe	410	304	A+	A	A1
MAPFRE Re Compañía de Reaseguros S.A.	615	–	A	A	–
Lloyds	103	–	A	A+	–
Scor Reinsurance Company	146	–	A+	A+	A+
Berkley Insurance CO.	128	–	–	A+	–
Liberty Mutual Insurance Company	261	–	A	A-	–
Hannover Ruckversicherung	112	–	AA-	A+	–
Swiss Reinsurance America Corporation	132	–	A+	AA-	A+
Total resseguradores admitidas	**77.823**	**43.737**			

Resseguradores Eventual	Cessões Prêmios	Sinistros	Standard &Poor's	A. M. Best Company	Moody's Investors Services
Zurich Insurance Public Limited Company	12.558	286	–	AA-	–
Scor Global P&C SE	117	–	A+	–	–
HDI-Gerling Industrie Versicherung Ag	131	–	A+	–	–
Liberty Mutual Insurance Europe Limited	(2)	–	A+	A	–
Total resseguradores eventual	**12.804**	**286**			
Total geral	**692.379**	**492.354**			

:: 9. Custos de aquisição diferidos

(a) Premissas e prazo para diferimento

Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São consideradas como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados e os pró-labores do ramo de garantia estendida. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros.

(b) Discriminação

	2016	2015
Comissões	171.722	156.996
Agenciamento	46.032	73.177
Pró-labore – Comissionamento	1.125.427	785.372
	1.343.181	**1.015.545**

(c) Movimentação de custo de aquisição diferidos

2016	Comissão	Agenciamento	Pró-Labore	Total
Saldo no início do exercício	**156.996**	**73.177**	**785.372**	**1.015.545**
Constituições	16.988	74.039	304.809	395.836
Apropriações	(2.262)	(101.184)	(38.496)	(141.942)
Transferências (nota 2.11(ii))	–	–	73.742	73.742
Saldo no final do exercício	**171.722**	**46.032**	**1.125.427**	**1.343.181**

2015	Comissão	Agenciamento	Pró-Labore	Total
Saldo no início do exercício	**236.266**	**9.856**	**210.522**	**456.644**
Constituições	7.963	69.429	555.956	633.348
Apropriações	(87.233)	(6.108)	(46.248)	(95.592)
Transferências (nota 2.11(ii))	–	–	65.142	21.145
Saldo no final do exercício	**156.996**	**73.177**	**785.372**	**1.015.545**

:: 10. Outros valores e bens

(a) Composição dos saldos dos outros valores.

	2016	2015
Salvados a venda	18.959	22.108
Redução ao valor recuperável	(3.883)	(4.830)
	15.076	**17.278**

(b) Aging de salvados a venda, líquido de redução ao valor recuperável.

2016	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	Acima de 120 dias	Total
Roubo – furto	–	35	17	1.197	**1.249**
Colisão	956	604	1.281	10.986	**13.827**
Total	**956**	**639**	**1.298**	**12.183**	**15.076**

2015	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	Acima de 120 dias	Total
Roubo – furto	323	331	659	1.960	**3.273**
Colisão	1.332	907	1.821	9.945	**14.005**
Total	**1.655**	**1.238**	**2.480**	**11.905**	**17.278**

(c) Redução ao valor recuperável de salvados

2016	61 a 120 dias	Acima de 120 dias	Total
Roubo – furto	1	341	**342**
Colisão	34	3.507	**3.541**
Total	**35**	**3.848**	**3.883**

2015	61 a 120 dias	Acima de 120 dias	Total
Roubo – furto	34	428	**462**
Colisão	48	4.320	**4.368**
Total	**82**	**4.748**	**4.830**

:: 11. Demais ativos – não circulante

(a) Investimento

	2016	2015
Participações societárias (i)	19.605	19.700
	19.605	**19.700**

(i) A participação societária refere-se, basicamente, a participação na Zurich Vida e Previdência S.A., a qual a Seguradora possui 100% das ações da controlada, que possui um patrimônio líquido de R$ 19.327 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 19.307 em 31 de dezembro de 2015) e um resultado de R$ 245 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 524 em 31 de dezembro de 2015, vide nota 18 j).

(b) Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	2016 Saldo	2015 Saldo	Taxa de depreciação ao ano – %
Máquinas e equipamentos	15.093	(12.709)	2.384	3.919	20%
Móveis e utensílios	8.177	(4.483)	3.694	4.252	10%
Veículos	3.157	(1.604)	1.553	2.900	20%
Outras imobilizações	1.174	(587)	587	704	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15.959	(10.214)	5.745	7.814	–
Total	**43.560**	**(29.597)**	**13.963**	**19.589**	

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo do imobilizado:

	Máquinas e equipa-mentos	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitoria em imóveis de terceiros e outras imobilizações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**5.269**	**4.088**	**2.697**	**12.895**	**24.950**
Aquisições	784	839	2.030	264	3.917
Alienações/baixas	–	(9)	(1.011)	(1.893)	(2.913)
Depreciações/amortizações	(2.135)	(666)	(816)	(2.748)	(6.365)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.919**	**4.252**	**2.900**	**8.518**	**19.589**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.919**	**4.252**	**2.900**	**8.518**	**19.589**
Aquisições	249	135	–	421	805
Alienações/baixas	(3)	(22)	(549)	(5)	(579)
Depreciações/amortizações	(1.781)	(671)	(798)	(2.602)	(5.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.384**	**3.694**	**1.553**	**6.332**	**13.963**

(c) Intangível

	Custo	Amortização acumulada	2016 Saldo	2015 Saldo	Taxa de depreciação ao ano – %
Ágio – participações acionárias	–	–	–	–	–
Software	137.924	(78.559)	59.365	101.641	20%
Canal de distribuição	1.407.215	(272.256)	1.134.959	891.908	–
Total	**1.545.139**	**(350.815)**	**1.194.324**	**993.549**	

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo do intangível:

	Ágio – participações acionárias (i)	Software (ii)	Canal de distribuição (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**37.772**	**115.920**	**1.023.056**	**1.176.748**
Aquisições	–	37.230	500	37.730
Alienações/baixas	(37.772)	(23.883)	(2.941)	(64.596)
Depreciações/amortizações	–	(27.626)	(63.565)	(91.191)
Transferências (ver nota 9 (c))	–	–	(65.142)	(65.142)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**–**	**101.641**	**891.908**	**993.549**
Aquisições	–	24.326	361.056	385.382
Alienações/baixas	–	(38.237)	(14.320)	(52.557)
Depreciações/amortizações	–	(28.365)	(29.942)	(58.307)
Transferências (ver nota 9 (c))	–	–	(73.743)	(73.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**–**	**59.365**	**1.134.959**	**1.194.324**

(i) Registrado no grupo "Intangível" pelo valor do benefício fiscal do imposto de renda originado pela incorporação da Zurich Participações e Representações Ltda. decorrente de rentabilidade futura calculada com base na diferença entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de compra da Companhia de Seguros Minas Brasil. Em relação ao ágio, anualmente é realizado teste de *impairment* e no exercício de 2015 este foi totalmente baixado.

(ii) Refere-se basicamente ao sistema local GMP (*Growing Market Plataform*) e GPS (Group Platform Solution). No exercício de 2015 a Seguradora realizou um estudo detalhado do projeto GPS e resultou na decisão de descontinuar o sistema, efetuando uma baixa no valor de R$ 2.732. A Seguradora realizou teste de *impairment* do sistema local GMP no qual resultou numa baixa no exercício de 2016 de R$ 18.596 (R$ 14.410 no exercício de 2015).

(iii) Contrato de Distribuição, aquisição de canal de vendas celebrado com grandes varejistas brasileiros, sendo amortizado de acordo com a prática contábil divulgado na nota 2.11 (ii). Em 2016, a Seguradora celebrou um novo contrato com a Via Varejo S.A. no montante de R$ 270.000, sendo amortizado pela vigência do contrato (vide nota 2.11(ii)). Foram também celebrados novos contratos de distribuição de exclusividade com a Fast Shop Comercial, no montante de R$ 32.500, Lojas Romera, no valor de R$ 40.000, bem como, outros canais de distribuição. Para o exercício de 2016, foi realizado teste de *impairment* no qual resultou numa baixa de R$ 5.882, referente ao contrato com as Lojas Salfer (Ricardo Eletro).

Durante o exercício de 2016, a Seguradora transferiu o saldo de R$ 73.743 (R$ 65.142 em 31 de dezembro de 2015) para despesa de comercialização diferida de acordo com as emissões dos certificados comercializados de seguro de garantia estendida pelo canal de venda Via Varejo S.A., de acordo com autorização do órgão regulador.

:: 12. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	2016	2015
IRPJ e CSLL a Compensar/Restituir	343	3.166
PIS e COFINS a Compensar/Restituir	2.009	3
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	–	810
Total de créditos tributários e previdenciários – circulantes	**2.352**	**3.979**

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

Descrição	2016	2015
Resultado antes dos Impostos e Participações	(79.682)	(663.244)
Participação sobre o Resultado	(19.942)	(8.665)
Resultado antes dos Impostos	**(99.624)**	**(671.909)**
Encargo Total do Imposto de Renda à Alíquota de 25% (i)	24.573	167.977
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	61	129
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(329)	10.018
Resultado com PRORELIT (ii)	–	(68.575)
Demais Ajustes (ii)	–	9.702
Créditos tributários não constituídos (iii)	(24.638)	(60.355)
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	58.896

(i) A Seguradora possui decisão judicial transitado em julgado e não é sujeita à tributação da contribuição social sobre o lucro líquido.

(ii) PRORELIT – A Seguradora aderiu ao programa de redução de litígios tributários – PRORELIT, instituído pela Medida Provisória nº 685/2015.

(iii) Demais ajustes – ajustes efetuados concernentes em sua maioria a baixas de indébitos fiscais.

(iv) A Seguradora não reconheceu os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e ajustes temporais em consonância com a Circular SUSEP 517/15.

(b) Ativos e Passivos Fiscais

Natureza e origem dos créditos tributários

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Sobre Diferenças Temporárias				
Provisão para Riscos Fiscais	28.429	–	(563)	27.866
Provisão para Riscos Trabalhistas	2.945	1.895	–	4.840
Provisão para Riscos Cíveis	3.842	1.859	–	5.701
Outras Provisões Temporárias	28.272	–	(6.593)	21.689
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**63.487**	**3.754**	**(7.146)**	**60.095**
Créditos não Registrados sobre Diferenças Temporárias	(63.487)	(3.754)	7.146	(60.095)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados sobre Diferenças Temporárias	**–**	**–**	**–**	**–**

continua na página seguinte ...

Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

www.zurichseguros.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.197.385/0001-21

… continuação das Notas explicativas da Administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Sobre Prejuízo Fiscal				
Prejuízo Fiscal	188.998	29.919	–	218.916
Créditos Tributários sobre Prejuízo Fiscal	**188.998**	**29.919**	**–**	**218.916**
Créditos não Registrados sobre Prejuízo Fiscal	(188.998)	(29.919)	–	(218.916)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados sobre Prejuízo Fiscal (i)	**–**	**–**	**–**	**–**
Total dos Créditos Tributários	**252.485**	**33.673**	**(7.146)**	**279.012**
Créditos não Registrados	(252.485)	(33.673)	7.146	(279.012)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**–**	**–**	**–**	**–**

(i) A Seguradora não reconheceu dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e ajustes temporais em consonância com a Circular SUSEP 517/15 e alterações posteriores.

(c) Passivos diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Baixas por Pagamentos	Saldo em 31/12/2016
Provisão para Impostos Diferidos	**–**	**2.587**	**–**	**2.587**
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (ii)	–	2.587	–	2.587
Saldo da Provisão para Impostos Diferidos	**–**	**2.587**	**–**	**2.587**

(ii) A Seguradora reconheceu o imposto diferido passivo, concernente ao ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários, classificados como disponíveis para venda, com fulcro no art. 339 do Decreto nº 3.000/99 (RIR/99). Tal registro tem como base os papéis com vencimento a partir de 01 de janeiro de 2019, em linha com a expectativa de apuração de resultado tributável por parte da Seguradora.

:: 13. Depósitos de terceiros

(a) Discriminação de depósitos de terceiros	**2016**	**2015**
Cobrança antecipada e prêmios e emolumentos	3.077	98.172
	3.077	**98.172**

O saldo de depósitos de terceiros estão substancialmente alocados acima de 90 dias.

:: 14. Provisões para contingências e depósitos judiciais

a) Saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos:

	2016	2015
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14.b)	110.263	103.031
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos Trabalhistas	19.360	11.778
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos Cíveis	22.803	15.368
Total	**152.426**	**130.177**

b) Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativos fiscais e obrigações Legais:

	Saldo em 31/12/2015	Constituição líquida de reversão	Baixas por pagamentos	Saldo em 31/12/2016
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	**103.031**	**9.297**	**(2.065)**	**110.263**
PIS (i)	36.372	141	–	36.513
COFINS (ii)	26. 991	1.768	–	28.759
INSS (iii)	29.150	5.807	–	34.957
CSLL (iv)	8.206	238	–	8.444
Contingências Fiscais IRPJ (v)	247	1.343	–	1.590
DCOMP não homologada	2.065	–	(2.065)	–
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	**27.146**	**17.893**	**(2.876)**	**42.163**
Trabalhistas	11.779	9.615	(2.033)	19.361
Cíveis	15.367	8.278	(843)	22.802
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**130.177**	**27.190**	**(4.941)**	**152.426**

	Saldo em 31/12/2014	Constituição líquida de reversão	Baixas por pagamentos	Saldo em 31/12/2015
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**88.436**	**23.001**	**(8.406)**	**103.031**
PIS (i)	38.764	–	(2.392)	36.372
COFINS (ii)	12.208	14.783	–	26.991
INSS (iii)	34.463	–	(5.313)	29.150
CSLL (iv)	2.053	6.153	–	8.206
Contingências Fiscais IRPJ (v)	948	–	(701)	247
DCOMP NÃO HOMOLOGADA	–	2.065	–	2.065
PRORELIT	–	162.800	(162.800)	–
Provisão para processos judiciais e administrativos	**20.298**	**8.588**	**(1.740)**	**27.146**
Trabalhistas	13.746	(1.045)	(923)	11.778
Cíveis	6.552	9.633	(817)	15.368
Saldo dos créditos tributários registrados	**108.734**	**31.589**	**(10.146)**	**130.177**

(i) A Seguradora vem questionando a Emenda Constitucional nº 10/1996, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança a partir de janeiro de 1996. Em face da liminar obtida nos autos do Mandado de Segurança 96.00.09563-9, que concedeu o direito de recolhimento do PIS sobre a receita bruta operacional somente após o transcurso de 90 dias e após a publicação da Emenda Constitucional 10/96, a Seguradora depositou integralmente o PIS devido a partir de junho de 1996. Em dezembro de 2013 foi estornada a provisão de janeiro a maio de 1996 no montante de R$ 2.512 com base em parecer jurídico dos consultores da Seguradora. (R$ 4.557). Adicionalmente, a Seguradora vem questionando a incidência de juros calculados com base na variação da taxa Selic sobre o débito de PIS coberto por liminar que garantia exigibilidade suspensa referente ao ano de 1998. Em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal declarando inconstitucional o recolhimento das contribuições nos moldes previstos pela Lei 9.718/98, a Seguradora vem discutindo judicialmente a base de cálculo do PIS no valor de R$ 431 em 31 de dezembro de 2016.

PIS – Ação distribuída requerendo seja reconhecido o direito da empresa de não se sujeitar ao recolhimento do novo PIS, instituído pela EC 01/94. Alternativamente requereu-se o reconhecimento do direito ao pagamento da contribuição apenas após o decurso do prazo de 90 dias, contado da publicação de Lei que regulamente a cobrança, bem como que sua base de cálculo seja aquela definida na legislação do IR – receita bruta." Processo judicial sobrestado aguardando julgamento da repercussão geral no STF no valor de R$ 10.892 em 31 de dezembro de 2016. PIS – Medida judicial ajuizada visando anular os débitos objeto do PA 10680.002399/2005-28, consubstanciado em declarações de compensação transmitidas para compensar saldo negativo de IRPJ de 2002 com débitos de Contribuição ao PIS e à COFINS, referentes a períodos diversos. Esse saldo negativo foi gerado a partir do pagamento dos débitos relativos ao Mandado de Segurança nº 95.00.02980-4/MG, impetrado com o objetivo de obter a compensação de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL apurados até 1994 sem respeitar a "trava" de 30% instituída pela Lei nº 8.981/95, R$ 165 em 31 de dezembro de 2016.

Por fim, a Empresa distribuiu, em 2005, ação ordinária, com pedido de tutela antecipada, que visa assegurar o direito ao não recolhimento do PIS, na forma prevista pelo art. 3º, § 1º da Lei 9.718/98, até anterior alteração legislativa regulamentadora do art. 195, I, "b", da CF/88 (na redação dada pela EC nº 20/98), bem como o direito de efetuar a compensação dos valores indevidamente recolhidos da referida exação, desde 1º/01/2000, com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal. O êxito da presente demanda está relacionado ao julgamento do Leading Case Recurso Extraordinário 400479, que versa sobre abrangência do conceito de receita bruta para fins de tributação da contribuição para o PIS e também ao Leading Case RE 600.096, que versa sobre a constitucionalidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras das instituições financeiras (R$ 22.703 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) COFINS A Seguradora vem discutindo judicialmente o alargamento da alíquota de 3% para 4%, que foi instituída pela Lei 10.684 de maio de 2003, passando a incidir sobre os fatos geradores a partir de 01 de setembro de 2003 no valor de R$ 21.744 em 31 de dezembro de 2016.

A Zurich Brasil Seguros S.A., seguradora incorporada pela Zurich Minas Brasil Seguros S.A., impetrou Mandado de Segurança a fim de que seja concedida a liminar para afastar incidência do art. 3º e parágrafos da Lei nº 9.718/98, por manifestamente lesivo ao art. 195, I da CF/88, em sua redação original, bem como ao artigo 11, parágrafo único da Lei Complementar nº 70/91. (R$ 4.301 em 31 de dezembro de 2016). COFINS Medida judicial ajuizada visando anular os débitos objeto do PA 10680.002399/2005-28, consubstanciado em declarações de compensação transmitidas para compensar saldo negativo de IRPJ de 2002 com débitos de Contribuição ao PIS e à COFINS, referentes a períodos diversos. Esse saldo negativo foi gerado a partir do pagamento dos débitos relativos ao Mandado de Segurança nº 95.00.02980-4/MG, impetrado com o objetivo de obter a compensação de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL apurados até 1994 sem respeitar a "trava" de 30% instituída pela Lei nº 8.981/95 (R$ 427 em 31 de dezembro de 2016).

Execução Fiscal ajuizada pela União Federal para cobrança de suposto débito de COFINS, inscrito em Dívida Ativa sob o nº 80608019376-52, pendente de julgamento (R$ 1.328 em 31 de dezembro de 2016).

(iii) INSS Majoração de alíquota – A Seguradora vem discutindo a inconstitucionalidade da tributação diferenciada, para as instituições financeiras e congêneres, da contribuição social ao INSS de 2,5% sobre a folha de salários e sobre as remunerações pagas ou creditadas a segurados, trabalhadores autônomos ou avulsos, no valor de R$ 31.568 em 31 de dezembro de 2016.

Mandado de segurança impetrado com o escopo de ter resguardado o direito de não se submeterem à ilegítima exigência da contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos aos seus empregados durante os primeiros 15 (quinze) dias de seu afastamento por motivo de doença, visto que possuem natureza remuneratória no valor de R$ 1.796 em 31 de dezembro de 2016.

Salário educação – Ação anulatória para desconstituir "Crédito com Resíduo de Parcelamento", relativo a saldo remanescente dos valores incluídos na anistia concedida na Medida Provisória nº 38/02 (diferença entre os valores de atualização cobrados pelo INSS e aqueles efetivamente devidos, acrescidos dos encargos moratórios em janeiro de 2007) no valor de R$ 201 em 31 de dezembro de 2016 e Auto de Infração exigindo o Salário Educação sobre pagamentos efetuados a empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados, referente ao período de 01/2003 a 10/2006 (R$ 339 em 31 de dezembro de 2016).

Auto de Infração exigindo a Contribuição ao INCRA sobre pagamentos efetuados a empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados, referente ao período de 01/2003 a 10/2006. A DRJ, ao apreciar o caso, julgou improcedente a Impugnação e manteve integralmente o lançamento. Contra essa decisão, em 04.01.2010, foi interposto o Recurso Voluntário. Remetidos os autos ao CARF, os Conselheiros, por unanimidade, julgaram parcialmente procedentes o Recurso e reconheceram a decadência do período de 01/2003 a 09/2003. O restante da autuação foi mantido. A PGFN não interpôs Recurso Especial, restando o reconhecimento da decadência definitivamente julgado. Foram opostos Embargos de Declaração pela empresa (R$ 25 em 31 de dezembro de 2016).

Auto de Infração exigindo as Contribuições Previdenciárias – Parte Empresa sobre pagamentos efetuados a empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados, referente ao período de janeiro de 2003 a outubro de 2006. Em 24.10.2008, foi lavrado Auto de Infração. Em 27.10.2008, apresentou-se Impugnação, a qual, em 19.08.2009, foi julgada improcedente pela DRJ. Em 18.01.2012 o CARF julgou improcedente o recurso. Contra essa decisão, em 30.12.2009, foi interposto Recurso Voluntário. Os autos foram remetidos ao CARF e aguarda-se distribuição ao Relator (R$ 666 em 31 de dezembro de 2016).

Auto de Infração cobrando adicional de 2,5%, previsto no art. 22, § 1º, da Lei nº 8.212/91 sobre às contribuições: (i) folha de salários das instituições financeiras e equiparadas; (ii) pagamentos efetuados a empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados; (iii) valores pagos a diretores estatutários, a título de participação nos lucros e resultados (R$ 362 em 31 de dezembro de 2016).

(iv) CSLL Auto de Infração para prevenir a decadência da CSLL referente aos meses de 01/1996 a 05/1996 e de 09/1996 a 10/1996, relativamente ao MS nº 1996.00.09563-9. Posteriormente, a autuação foi retificada de ofício para ajustar o lançamento para um único fato gerador de CSLL, em 31.12.1996, no valor de R$ 2.158. Em 29.04.1998, a Empresa apresentou Impugnação, julgada improcedente pela DRJ em 13.09.1999. Contra essa decisão, foi interposto Recurso Voluntário em 16.12.1999, julgado improcedente. Foi interposto Recurso Especial em 02.05.2001, que restou não conhecido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 29.11.2002, a Empresa opôs Embargos de Declaração, não acolhidos pelo Presidente da CSRF. Em 16.10.2003, a Empresa apresentou petição à Delegacia de Origem para que corrigisse o erro na autuação, que não considerou o fato gerador da CSLL como anual, apesar da opção manifestada pela Empresa em sua DIPJ. Em 03.12.2003 e 19.01.2004 foram emitidos Despachos por meio dos quais a Delegacia indeferiu a correção do equívoco alegado na petição. Em 25.02.2004 e 16.03.2004, a Empresa apresentou novas petições, que foram acatadas pela DRF, que retificou de ofício o lançamento, alterando o fato gerador para 31.12.1996 e o valor da CSLL exigida para R$ 2.158 (nessa retificação, também se abateu do valor do débito a parcela do depósito recursal efetuada em excesso, com acréscimo de multa de ofício). Desde então, os autos permanecem na DRF para controle e acompanhamento de medida judicial, no valor de R$ 7.855.

Ajuizada ação anulatória de débito fiscal, com pedido de tutela antecipada e de autorização para depósito judicial, objetivando a suspensão da exigibilidade e a posterior anulação do crédito tributário decorrente de compensação da base negativa de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), consubstanciado no procedimento administrativo nº 16327-000.588/2008-14. O fundamento do lançamento tributário foi a insuficiência de saldo de base negativa de CSLL para embasar as compensações realizadas pela empresa nos anos-calendário de 2005 e 2006. Aguardando julgamento. R$ 510 em 31 de dezembro de 2016.

Mandado de Segurança impetrado objetivando seja obstada a continuidade da cobrança dos créditos tributários exigidos por meio de cartas de cobranças que exigem o recolhimento de multa de mora incidente sobre créditos tributários relativos ao Processo Administrativos abaixo descritos no valor de R$ 79 em 31 de dezembro de 2016.

(v) IRPJ Processo administrativo consubstanciado em declarações de compensação transmitidas para a compensação de créditos de saldo negativo de IRPJ, apurados no ano-base 2010, com débitos diversos, apurados em 2010 e 2011. O crédito foi apenas parcialmente reconhecido, pois as receitas que originaram as antecipações de IR/Fonte formadoras do saldo negativo não foram oferecidas à tributação (R$ 1.328 em 31 de dezembro de 2016).

Mandado de Segurança impetrado objetivando seja obstada a continuidade da cobrança dos créditos tributários exigidos por meio de cartas de cobranças que exigem o recolhimento de multa de mora incidente sobre créditos tributários relativos ao Processo Administrativos abaixo descritos no valor de R$ 262 em 31 de dezembro de 2016.

Processo Administrativo nº 16327.002956199-34 – Carta Cobrança nº 6512006;
Processo Administrativo nº 16327.002955199-71 – Carta Cobrança nº 66/2006;
Processo Administrativo nº 16327.003047/2002-52 – Intimação nº 432/2006, e;
Processo Administrativo nº 16327.0004571/2001-61 – Carta Cobrança nº 10212006.

(c) Depósitos Judiciais e Fiscais

	2016	2015
Fiscais	**119.141**	**108.773**
PIS	40.506	37.208
INSS	33.516	27.808
COFINS	27.373	26.030
CSLL	17.069	16.266
IOF	–	832
IRPJ	677	628
Sinistros	10.080	12.218
Trabalhistas	1.282	420
Outros	2.188	1.715
Saldo dos Depósitos Judiciais e Fiscais	**132.691**	**123.125**

(d) Outros créditos operacionais (não circulante)

Em setembro de 2015 a Seguradora afirmou um acordo com o Banco Mercantil do Brasil S.A. que encerrou o processo de arbitragem e qualquer pendência no contrato de compra e venda celebrado em 2008. No acordo a Seguradora assume uma dívida no valor de R$ 15 milhões, sem correção ou juros, sendo já pago um valor de R$ 8 milhões e os R$ 7 milhões no prazo máximo de 5 anos. O Banco Mercantil do Brasil irá desembolsar para a Seguradora um valor de R$ 17,5 milhões, corrigido pelo CDI, no prazo de 4 anos, cuja liquidação financeira será realizada por remuneração adicional de acordo com acréscimo da porcentagem de comercialização de cada ramo de operação de vida e automóvel. Para o exercício de 2016, o valor a receber é de R$ 15.916, (R$ 17.965 em 31 de dezembro de 2015), sendo o a pagar no valor de R$ 7 milhões.

:: 15. Provisões técnicas

(a) Seguros

2016

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	Total
Pessoas Coletivo	101.329	76.362	17.987	60.885	26.094	282.657
Pessoas Individual	16.437	412	49	23	7	16.928
Pessoas	**117.766**	**76.774**	**18.036**	**60.908**	**26.101**	**299.585**
Patrimonial	1.949.527	248.593	35.831	40.166	42.436	2.316.553
Automóvel	240.161	200.512	33.152	110.909	76.055	660.789
Responsabilidades	62.383	323.345	28.941	68.482	26.572	509.722
Riscos Financeiros	64.171	120.018	5.212	1.123	–	190.523
Transportes	7.793	14.354	2.266	–	10.405	34.819
Riscos Especiais	111	–	1	93	–	204
Rural	6.445	5.460	525	610	992	14.031
Aeronáuticos	–	454	–	–	–	454
Habitacional	4	–	2	97	131	234
Danos	**2.330.594**	**912.735**	**105.930**	**221.479**	**156.591**	**3.727.329**
Total	**2.448.360**	**989.509**	**123.966**	**282.387**	**182.692**	**4.026.914**

2015

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	Total
Pessoas Coletivo	103.563	62.613	19.964	66.852	28.651	281.643
Pessoas Individual	1	–	–	–	–	1
Pessoas	**103.564**	**62.613**	**19.964**	**66.852**	**28.651**	**281.644**
Patrimonial	1.562.934	262.330	21.884	36.448	34.360	1.917.956
Automóvel	226.429	174.003	62.241	76.534	77.131	616.338
Responsabilidades	59.061	316.702	21.270	67.867	36.049	500.949
Riscos Financeiros	53.132	130.595	3.095	3.312	–	190.134
Transportes	17.905	29.866	2.443	1.248	15.145	66.607
Riscos Especiais	218	–	–	113	118	449
Rural	5.601	1.557	–	668	1.658	9.484
Cascos	–	374	21	–	–	395
Habitacional	11	–	1	15	24	51
Danos	**1.925.291**	**915.427**	**110.955**	**186.205**	**164.485**	**3.302.363**
Total	**2.028.855**	**978.040**	**130.919**	**253.057**	**193.136**	**3.584.007**

(b) Movimentação das provisões técnicas – seguros

2016

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	Total
Saldo no início do exercício	**2.028.855**	**982.106**	**126.853**	**253.057**	**193.135**	**3.584.006**
Avisos	–	828.300	–	–	–	828.300
Constituição/(diferimento) pelo risco decorrido	419.505	–	–	–	–	419.505
Cancelamentos	–	(125.484)	–	–	–	(125.484)
Pagamento de sinistros	–	(843.639)	–	–	–	(843.639)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	135.733	–	–	–	135.733
Atualização monetária e juros	–	12.493	–	–	–	12.493
Constituição	–	–	41.352	38.505	9.579	89.436
Reversão	–	–	(44.239)	(9.175)	(20.022)	(73.436)
Saldo no final do exercício	**2.448.360**	**989.509**	**123.966**	**282.387**	**182.692**	**4.026.914**

2015

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	Total
Saldo no início do exercício	**1.402.050**	**944.338**	**108.001**	**252.737**	**175.815**	**2.882.941**
Avisos	–	782.509	–	–	–	782.509
Constituição/(diferimento) pelo risco decorrido	626.805	–	–	–	–	626.805
Cancelamentos	–	(131.839)	–	–	–	(131.839)
Pagamento de sinistros	–	(1.051.064)	–	–	–	(1.051.064)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	375.062	–	–	–	375.062
Atualização monetária e juros	–	63.100	–	–	–	63.100
Constituição	–	–	71.923	41.391	33.639	146.953
Reversão	–	–	(53.071)	(41.071)	(16.319)	(110.461)
Saldo no final do exercício	**2.028.855**	**982.106**	**126.853**	**253.057**	**193.135**	**3.584.006**

(c) Ativos garantidores das provisões técnicas

Os valores contábeis vinculados a SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:

	2016	2015
Total das provisões técnicas	4.026.914	3.584.007
Direitos creditórios (liquido dos prêmios vencidos e não pagos)	(346.327)	(461.574)
Parcela correspondente a resseguro contratados	(1.150.710)	(1.244.923)
Custo de aquisição diferidos	(1.143.486)	(813.275)
Depósitos Judiciais	(3.959)	(5.594)
Provisão consórcio DPVAT	(124.082)	(83.166)
Total das provisões técnicas a ser coberto (líquido)	**1.258.350**	**975.475**
Ativos oferecidos em garantia		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	37.009
Letras Financeiras (LF)	3.891	106.490
Quotas de fundos de investimentos	61.628	135.219
Letras Tesouro Nacional (LTN)	1.171.262	898.595
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	245.243	194.086
Debêntures	4.991	7.373
Total dos ativos oferecido em garantia	**1.487.015**	**1.378.772**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**228.665**	**403.297**
Liquidez – 20% sobre o Capital de Risco (Nota 17,e)	73.635	74.736
Suficiência de Liquidez	**155.030**	**328.561**

:: 16. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

(a) Sinistros brutos de resseguro – administrativo

	Ano de aviso do sinistro Até 2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	2.340.166	542.265	717.142	820.502	623.744	593.037	**5.636.856**
Um ano após o aviso	2.462.766	604.907	812.402	892.726	629.531	–	**5.402.332**
Dois anos após o aviso	2.506.134	603.521	819.821	903.371	–	–	**4.832.847**
Três anos após o aviso	2.542.457	618.563	827.852	–	–	–	**3.988.873**
Quatro anos após o aviso	2.556.193	617.913	–	–	–	–	**3.174.106**
Cinco anos (ou mais) após o aviso	2.698.022	–	–	–	–	–	**2.698.022**
Estimativa dos sinistros na data-base	2.698.022	617.913	827.852	903.371	629.531	593.037	**6.269.726**
Pagamentos de sinistros efetuados	2.599.967	597.400	764.363	768.213	529.655	391.861	**5.651.460**
DPVAT	–	–	–	–	–	–	**4.664**
Retrocessão	–	–	–	–	–	–	**2.270**
Sinistros pendentes	**98.055**	**20.513**	**63.489**	**135.157**	**99.875**	**201.176**	**625.200**

(b) Sinistros líquidos de resseguro – administrativo

	Ano de aviso do sinistro Até 2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	1.055.417	207.990	361.840	222.258	186.847	204.542	**2.238.895**
Um ano após o aviso	1.087.881	219.903	372.255	217.669	181.646	–	**2.079.354**
Dois anos após o aviso	1.101.581	221.657	373.161	222.013	–	–	**1.918.413**
Três anos após o aviso	1.111.257	224.596	377.175	–	–	–	**1.713.028**
Quatro anos após o aviso	1.117.768	225.097	–	–	–	–	**1.342.865**
Cinco anos (ou mais) após o aviso	1.189.227	–	–	–	–	–	**1.189.227**
Estimativa dos sinistros na data-base	1.189.227	225.097	377.175	222.013	181.646	204.542	**2.399.701**
Pagamentos de sinistros efetuados	1.160.445	220.372	368.167	212.263	172.186	161.431	**2.294.863**
DPVAT	–	–	–	–	–	–	**4.664**
Retrocessão	–	–	–	–	–	–	**2.270**
Sinistros pendentes	**28.782**	**4.725**	**9.009**	**9.750**	**9.460**	**43.111**	**111.772**

(c) Sinistros brutos de resseguro – judicial

	Ano de aviso do sinistro Até 2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	1.302.237	301.755	399.070	456.587	347.096	330.013	**3.136.757**
Um ano após o aviso	1.370.461	336.614	452.079	496.777	350.316	–	**3.006.247**
Dois anos após o aviso	1.394.594	335.842	456.208	502.701	–	–	**2.689.344**
Três anos após o aviso	1.414.806	344.213	460.677	–	–	–	**2.219.696**
Quatro anos após o aviso	1.422.450	343.851	–	–	–	–	**1.766.301**
Cinco anos (ou mais) após o aviso	1.501.374	–	–	–	–	–	**1.501.374**
Estimativa dos sinistros na data-base	1.501.374	343.851	460.677	502.701	350.316	330.013	**3.488.932**
Pagamentos de sinistros efetuados	1.446.809	332.437	425.347	427.489	294.738	218.060	**3.144.880**
DPVAT	–	–	–	–	–	–	**20.257**
Sinistros pendentes	**54.565**	**11.415**	**35.330**	**75.211**	**55.578**	**111.953**	**364.309**

(d) Sinistros líquidos de resseguro – judicial

	Ano de aviso do sinistro Até 2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	1.647.861	324.742	564.955	347.020	291.730	318.901	**3.495.209**
Um ano após o aviso	1.698.548	343.343	581.214	339.854	283.611	–	**3.246.570**
Dois anos após o aviso	1.719.939	346.082	582.630	346.637	–	–	**2.995.287**
Três anos após o aviso	1.735.045	350.670	588.898	–	–	–	**2.674.612**
Quatro anos após o aviso	1.745.212	351.452	–	–	–	–	**2.096.663**
Cinco anos (ou mais) após o aviso	1.856.783	–	–	–	–	–	**1.856.783**
Estimativa dos sinistros na data-base (Jun2012)	1.856.783	351.452	588.898	346.637	283.611	318.901	**3.746.282**
Pagamentos de sinistros efetuados	1.811.844	344.074	574.832	331.414	268.840	251.548	**3.582.553**
DPVAT	–	–	–	–	–	–	**20.257**
Sinistros pendentes	**44.939**	**7.377**	**14.066**	**15.223**	**14.771**	**67.353**	**183.986**

:: 17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Capital social – O capital social, em 31 de dezembro de 2016, representado por 3.193.181.752 ações ordinárias (2.637.626.196 em 31 de dezembro de 2015), cujos montantes somam R$ 2.889.579 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 2.503.863 em 31 de dezembro de 2015).

(b) Aumento de capital em aprovação

No ano de 2016 foram realizadas AGE de 21 de dezembro de 2016 para deliberar aumento de capital em espécie, no montante de R$ 220.000. O saldo em 31 de dezembro de 2016 e de R$ 220.000 (R$ 305.716 em 31 de dezembro de 2015).

(c) Reservas

	2016	2015
Reserva de capital (i)	38	38
	38	**38**

(i) A conta reserva de capital corresponde ao ágio na subscrição de ações.

A reserva de lucro é composta por:

• A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.

• A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da lei societária. Sua destinação será submetida à deliberação da Assembléia Geral.

(d) Ações em tesouraria

A Seguradora manteve em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 ações em tesouraria no valor de R$ 68.

(e) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido

	2016	2015
Ajustes contábeis:		
Patrimônio líquido	1.689.590	1.411.502
Participação em controlada	(19.605)	(19.700)
Despesas antecipadas	(1.172)	(21)
Ativos intangíveis	(1.194.324)	(993.549)
Acréscimo do menor valor entre 15% do CMR e 50% dos ativos intangíveis – Canal de distribuição	55.611	–
Ajustes econômicos:		
Superávit entre as provisões constituídas e fluxo realista de entrada e saída	6.510	–
Patrimônio líquido ajustado econômico	**536.627**	**398.232**
Capital base (a)	15.000	15.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	313.857	321.184
Capital adicional baseado no risco de crédito	57.399	67.818
Capital adicional baseado no risco operacional	15.521	13.765
Capital adicional baseado no risco de mercado	21.920	–
Benefício da diversificação	(40.521)	(29.085)
Capital base de risco (b)	368.176	373.682
Capital Mínimo Requerido (maior entre (a) e (b))	368.176	373.682
Suficiência de capital	**168.451**	**24.550**

A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido considerando a data base de 31 dezembro de 2016, utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações através da Resolução CNSP 343/2016, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Seguradora adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital. Para 31 de dezembro de 2015, foi apurado utilizando os fatores constantes nos anexos da Resolução CNSP nº 321/15.

:: 18. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

(a) Prêmios emitidos

	2016	2015
Prêmios diretos	2.862.936	2.629.019
Prêmios diretos – RVNE	8.008	126.303
Co-seguros aceitos de congêneres	50.959	43.919
Prêmios cedidos em co-seguros	(25.470)	(37.527)
Repasses do convênio DPVAT	68.685	72.756
Total de prêmios emitidos	**2.965.118**	**2.834.470**

(b) Principais ramos de atuação por prêmio ganho

2016

Ramos	Prêmios Ganhos	Percentual Taxa de sinistralidade	Taxa de comissionamento
Automóvel	489.843	76,57%	16,44%
Patrimonial	1.236.313	29,37%	41,13%
Pessoas Coletivo	600.494	39,56%	37,16%
Responsabilidades	125.483	58,14%	9,28%
Transportes	40.163	9,47%	15,89%
Riscos Financeiros	26.460	-28,29%	-17,64%
Rural	9.951	35,59%	21,77%
Outros	16.456	6,39%	7,15%
Total	**2.545.163**	**41,24%**	**32,57%**

2015

Ramos	Prêmios Ganhos	Percentual Taxa de sinistralidade	Taxa de comissionamento
Automóvel	657.566	75,95%	16,63%
Pessoas Coletivo	738.398	34,40%	30,23%
Patrimonial	566.738	46,14%	40,06%
Responsabilidades	140.324	124,03%	13,10%
Transportes	65.908	82,52%	21,65%
Riscos Financeiros	28.399	111,75%	-0,97%
Rural	9.592	52,63%	17,11%
Outros	487	293,38%	2,47%
Total	**2.207.412**	**58,06%**	**26,89%**

(c) Sinistros ocorridos

	2016	2015
Sinistros	(1.029.478)	(1.249.135)
Salvados	26.771	36.229
Ressarcimentos	14.228	14.540
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(29.330)	(320)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (nota 2.14(e))	10.443	(17.320)
Serviços de assistência	(43.708)	(65.685)
Total de sinistros ocorridos	**(1.051.074)**	**(1.281.691)**

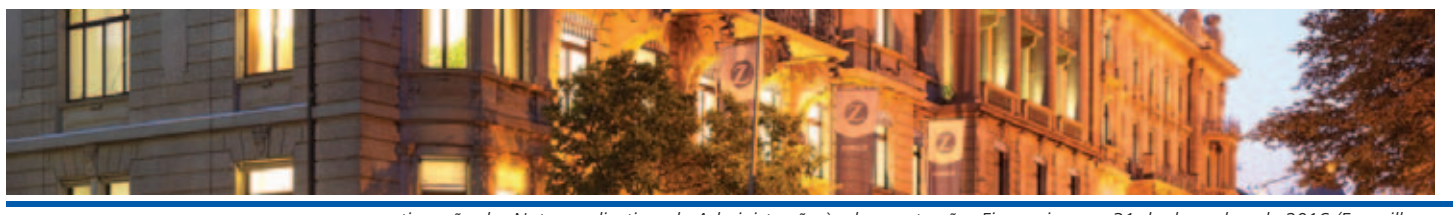
(d) Custos de aquisição

	2016	2015
Comissões	(377.345)	(302.151)
Recuperação de comissões	3.153	2.275
Outras despesas de comercialização	(708.612)	(831.542)
Variação nas despesas de comercialização diferidas	253.895	537.756
Total custos de aquisição	**(828.909)**	**(593.662)**

(e) Outras receitas e despesas operacionais

	2016	2015
Outras receitas operacionais DPVAT	302	434
Total receitas operacionais	**302**	**434**
Despesa com cobrança	(12)	(38)
Despesa com cobrança DPVAT	(3.859)	(4.006)
Lucros atribuídos para Parceiros de Vendas	(70.406)	(47.016)
Redução ao valor recuperável	46.214	(16.559)
Outras despesas operacionais rastreadores	(1.986)	(2.711)
Despesa contingência cíveis	(6.828)	(8.093)
Despesas contingências cíveis – DPVAT	(1.450)	(1.541)
Outras despesas operacionais	8.248	(73.140)
Total despesas operacionais	**(30.079)**	**(153.104)**
Total outras receitas e despesas operacionais	**(29.777)**	**(152.670)**

continua na página seguinte …



Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

www.zurichseguros.com.br

ZURICH Seguros

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.197.385/0001-21

... continuação das Notas explicativas da Administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Resultado com resseguro

	2016	2015
Sinistro resseguro	490.355	687.794
IBNR resseguro	(14.290)	5.559
IBNER resseguro	6.344	16.118
Prêmio de resseguro líquido de comissão	(692.379)	(688.589)
Variação provisão técnica resseguro	(28.915)	(66.267)
Salvados e ressarcimentos	(31.661)	(23.253)
Total resultado com resseguro	**(268.546)**	**(68.638)**

(g) Despesas Administrativas

	2016	2015
Pessoal	(240.768)	(207.869)
Serviços de terceiros	(149.254)	(241.861)
Localização e funcionamento	(105.193)	(157.909)
Publicidade e propaganda institucional	(4.922)	(8.241)
Publicações	(257)	(145)
Donativos e contribuições	(753)	(668)
Despesas administrativas diversas	(3.043)	(33.897)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(3.267)	(3.360)
Total despesas administrativas	**(507.457)**	**(653.950)**

(h) Despesas com tributos

	2016	2015
Impostos federais, municipais e estaduais	(442)	(806)
COFINS e PIS	(64.697)	(94.663)
Contr. s/ oper. Prev. Contr. Sind.	(341)	(312)
Taxa de fiscalização	(3.056)	(2.761)
Outros impostos	(28.234)	(25.743)
Total despesas com tributos	**(96.770)**	**(124.285)**

(i) Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras com operações de seguros e resseguros	25.921	27.724
Receita com aplicações renda fixa	216.066	164.797
Ganho/(perda) com aplicações renda fixa	2.810	(7.051)
Receita com aplicações renda variável	742	403
Receita com atualização de depósitos judiciais	7.694	12.288
Receita com juros sobre o capital próprio	1.330	–
Outras receitas financeiras	6.354	1.995
Encargos sobre saldos a pagar de operações de seguros (juros, atualização monetária e oscilação cambial)	(69.493)	(68.825)
Despesa com atualização de contingências passivas	(577)	(53.585)
Outras despesas financeiras	(7.946)	(15.552)
Total resultado financeiro	**182.901**	**62.194**

(j) Resultado patrimonial

	2016	2015
Equivalência patrimonial (nota 11)	245	524
Total resultado patrimonial	**245**	**524**

(k) Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	2016	2015
Perdas com imobilizado e intangível	(11.603)	(8.970)
Outras perdas com ativos não correntes	(17.891)	(15.963)
Redução ao valor recuperável	–	(37.772)
Total ganhos ou perdas com ativos não correntes	**(29.494)**	**(62.705)**

:: 19. Partes relacionadas

A Companhia Zurich Financial Services mantém estrutura operacional comum para suas empresas na América Latina. Os custos incorridos com essa estrutura são absorvidos proporcionalmente à receita auferida em cada empresa desta região, com base em termos contratuais. Estão demonstrados os saldos e valores de receitas e despesas efetuados entre a Seguradora e empresas do Grupo.

	2016		2015	
	Ativo e passivo	Receitas e despesas	Ativo e passivo	Receitas e despesas
Valores a receber:				
Zurich Insurance Company (a)	12.601	–	10.502	–
Zurich Insurance PLC (a)	2.754	–	1.310	–
Zurich Resseguradora Brasil S.A. (a)	(17.425)	–	2.411	–
Zurich Latam (b)	19.569	–	48.458	–
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (b)	1.493	–	1.400	–
Zurich American Insurance Company (a)	692	–	681	–
Zurich Argentina (b)	2.820	–	145	–
Zurich Financial Services Australia Limited (a)	13	–	118	–
Zurich Canadian Holdings Limited (a)	149	–	80	–
Zurich Alemanha (b)	179	–	383	–
Zurich Austria (b)	14	–	47	–
Zurich Chile (b)	2.925	–	204	–
Zurich Mexico (b)	–	–	143	–
Valores a pagar:				
Zurich Insurance Company (a)	272.007	–	243.091	–
Zurich Resseguradora Brasil S.A. (a)	367.089	–	218.120	–
Zurich Latam (b)	(6.603)	–	(2.609)	–
Zurich Argentina (b)	(7.474)	–	(6.167)	–
Zurich Shared Services S.A. (b)	(7.598)	–	(27.566)	–
Zurich Insurance PLC (a)	3.180	–	25.983	–
Zurich American Insurance Company (a)	(105)	–	(141)	–
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (b)	(208)	–	–	–
Zurich Chile (b)	(737)	–	(1.979)	–
Receitas:				
Zurich Insurance Company (a)	–	127.346	–	121.041
Zurich Resseguradora Brasil S.A. (a)	–	237.851	–	262.964
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (b)	–	208	–	–
Zurich Insurance PLC (a)	–	11.133	–	12.123
Zurich Argentina (b)	–	9.218	–	32.057
Zurich American Insurance Company (a)	–	11	–	103
Zurich Financial Services Australia Limited (a)	–	43	–	–
Zurich Shared Services S.A. (b)	–	18.145	–	37.569
Zurich Chile (b)	–	2.054	–	–
Zurich México (b)	–	143	–	–
Zurich Alemanha (b)	–	11	–	–
Zurich Latam (b)	–	8.062	–	14.390
Despesas:				
Zurich Insurance Company (a)	–	(111.210)	–	(139.657)
Zurich Resseguradora Brasil S.A. (a)	–	(180.102)	–	(215.606)
Zurich Latam (b)	–	(991)	–	–
Zurich Argentina (b)	–	(2.820)	–	(145)
Zurich México (b)	–	–	–	(143)
Zurich Chile (b)	–	(2.873)	–	(145)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (b)	–	(2.219)	–	(2.493)
Zurich Insurance PLC (a)	–	(2.247)	–	(11.924)
Zurich Financial Services Australia Limited (a)	–	–	–	(112)
Zurich American Insurance Company (b)	–	(154)	–	(711)
Zurich Alemanha (b)	–	–	–	(347)
Zurich Austria (b)	–	(19)	–	(47)
Zurich Canadian Holdings Limited (b)	–	(176)	–	(92)

(a) Corresponde, substancialmente, a operação de resseguro auferido entre as empresas globais da Zurich. (b) Refere-se ao rateio de custos compartilhados entre Zurich Financial Service, nas atividades: a) administrativa b) tecnologia da informação c) prestação de serviço d) marketing e) recursos humano f) jurídico e g) gastos regionais.

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Administração é composta pelos conselheiros, diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 1.355 (31 de dezembro de 2015 foi de R$ 1.200).

:: 20. Plano de aposentadoria

A Seguradora, juntamente com outras empresas do Grupo Financeiro Mercantil do Brasil, é patrocinadora da Caixa "Vicente de Araújo" de Assistência aos Funcionários do Grupo Financeiro Mercantil do Brasil – CAVA, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 1980 (regime de benefício definido para uma massa fechada) e a prestação de serviços de assistência médica e a execução de programas assistenciais de natureza social e financeira a todos os associados. As patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30% (trinta por cento) do custo total do plano de benefícios e serviços. A Zurich Minas Brasil Seguros S.A. contribuiu no exercício de 2016 com R$ 1 (R$ 2 em 31 de dezembro de 2015). As provisões técnicas são calculadas e constituídas sob regime atuarial de capitalização. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não havia passivo atuarial em decorrência desse plano de pensão.

:: 21. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORES

Edson Luis Franco
Marcio Benevides Xavier
Walter Eduardo Pereira
Glaucia Asvolinsque Diogo de Farias Smithson

CONTADOR

Fernando Viana dos Reis
CRC 1SP 269.442/O-4 "S" MG

ATUÁRIO

Ricardo César Pessoa
MIBA 1076

COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da **Zurich Minas Brasil Seguros S.A.** ("Seguradora") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora. Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Seguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Seguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos.

É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos.

As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises.

1. Atividades do Comitê

No decorrer do exercício de 2016, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram:

a. Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê;
b. Auditoria Interna – discussão do plano de trabalho para o exercício de 2016 e dos relatórios emitidos;
c. Auditoria Externa – discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2016;
d. Controladoria – discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais;
e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2016.

2. Auditoria Interna

O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2016 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2016, mostram-se suficientes.

3. Auditoria Externa

O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2016.

4. Controladoria

Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

5. Demonstrações Financeiras

O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2016, bem como os respectivos relatórios da Administração.

6. Conclusão

Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Minas Brasil Seguros S.A.** a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2016.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2017

Membros

Edson Saraiva — João Aldemir Dornelles — Julio de Albuquerque Bierrenbach

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **Zurich Minas Brasil Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Zurich Minas Brasil Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo-SP – Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Zurich Minas Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Minas Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP 000.160/O-5 "F" MG

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP 127.241/O-0 "S" MG

IBGE

Desemprego aumentou 21,3% no Estado

GABRIELA PEDROSO

O desemprego fez parte de um cotidiano perverso para Minas Gerais no ano passado. Ainda sofrendo efeitos da crise econômica, o Estado encerrou o quarto trimestre de 2016 com 1,22 milhão de pessoas sem ocupação. Na comparação com igual trimestre de 2015, o aumento foi de 21,3% no número desempregados. Com força de trabalho de cerca de 11 milhões de pessoas no período, a taxa de desocupação na região ficou em 11,1%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao quarto trimestre de 2015 (9,3%), a taxa de desemprego no Estado registrou alta de 1,8 ponto percentual (p.p.) de outubro a dezembro. No confronto com o terceiro trimestre de 2016 (11,2%) o indicador manteve-se praticamente estável. Apesar de não apontar queda nesta última base, o analista do IBGE Minas Gustavo Fontes avalia que é muito cedo para afirmar que a aparente estabilidade sinalize o começo de uma recuperação do emprego.

"O mercado de trabalho deteriorou. Na comparação com o trimestre anterior, a gente observa estabilidade, no entanto, ainda não se pode afirmar que houve reversão no quadro de desocupação, porque o quarto trimestre é marcado por questões como contratações de fim de ano, que podem ter influenciado. Podemos dizer que houve estabilidade no curto prazo", explica Fontes.

O grupo que mais fechou postos de outubro a dezembro foi agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Frente ao quarto trimestre de 2015, o número de pessoas ocupadas no segmento recuou 6,6%, enquanto na comparação com o terceiro trimestre de 2016 a queda foi de 7%.

Comércio - Em sentido oposto, o setor comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas teve incremento de ocupados de 6,7% frente aos últimos três meses de 2015 e de 4,8% em relação ao terceiro trimestre do ano passado.

"O setor agrícola tem reduzido o número de trabalhadores. Quando se analisa de um trimestre para outro, o segmento pode ter a influência de questões sazonais de colheita. De um ano para o outro, há vários fatores, como condições climáticas, mercado internacional", destaca o analista.

O Estado fechou o quarto trimestre com 9,76 milhões de pessoas ocupadas, mantendo-se estável tanto frente ao período de julho a setembro (0%) quanto ao último trimestre de 2015 (-0,5%). Desse total, 643 mil foram considerados subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. Ou seja, são pessoas que trabalham em jornada inferior a 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais. No terceiro trimestre, esse universo era de 542 mil trabalhadores.

Na comparação com o último trimestre de 2015, o número de empregados formais no setor privado variou 0,3%, enquanto o de trabalhadores sem carteira subiu 5%. Entre os empregados do setor público, servidores e militares, houve queda de 6,4% entre ocupados. O rendimento médio real em Minas ficou em R$ 1.796 no quarto trimestre, abaixo do apurado no Brasil (R$ 2.043) e no Sudeste (R$ 2.348). A massa de rendimentos no Estado foi de R$ 17,1 bilhões.

De outubro a dezembro, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) registrou taxa de desocupação de 13,6%, elevação de 3,4 p.p. frente ao mesmo trimestre de 2015. Nessa base, na capital, o nível do desemprego ficou em 11,5%, aumento de 2,1 p.p.. O rendimento médio dos trabalhadores do município foi de R$ 2.860, e na RMBH ficou em R$ 2.264.

Brasil - A taxa composta de subutilização da força de trabalho no País ficou em 22,2% no quarto trimestre de 2016, superior à do terceiro (21,2%) e à do quarto trimestre de 2015 (17,3%), segundo a Pnad Contínua. Isso equivale a dizer que faltava trabalho para 24,3 milhões de pessoas no País no quarto trimestre, aumento de 6% em relação ao terceiro trimestre, com 1,4 milhão de pessoas a mais nessa situação.